A GUERRA NO ZAIRE

Entrevista com o líder da Frente da Libertação Nacional do Congo (FLNC), Nathanael Mbumba. Pág. 10.

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Nº 14 — CR$ 10,00 — 5/11 DE JUNHO DE 1978

Repressão na Bahia

Para dissolver uma passeata estudantil, com cerca de 3 mil participantes, na última quarta-feira, a polícia de Salvador baixou o cacete e chegou a certos requintes de violência, deixando vários feridos. Mas os estudantes reagiram, enfrentando a repressão a pedradas. E decretaram greve geral de protesto. (Pág. 2)

Fim do isolamento

Os presos políticos Carlos Alberto e Rholine Sonde Cavalcanti poderão agora voltar ao convívio de seus companheiros de cárcere, na Ilha de Itamaracá. O juiz auditor finalmente deu despacho assegurando este direito. A greve de fome dos presos termina assim vitoriosa. Pág. 2.

O momento político

A proposta da "Frente Ampla de Redemocratização" e a última Convenção Nacional do MDB são assuntos da pág. 3. O "Projeto Brasil", documento do senador Teotônio Vilela, considerado como o "mais completo" pelo general Euler Bentes, é analisado na pág. 4. E o candidato a senador pelo MDB baiano Rômulo de Almeida, fala sobre a atual conjuntura também na pág. 4.

Oposição Sindical

Em meio a greves e expectativas de novas paralisações a CHAPA 3, Oposição à atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, intensifica sua campanha eleitoral. Um pouco do cotidiano dessa campanha na pág. 7.

FURO NO ARROCHO SALARIAL

Os salários de 65 mil trabalhadores de São Bernardo do Campo, SP, vão subir 24,5% extras: 11% de aumento e 13,5% de antecipação, como resultado das greves do ABC.

NIELS ANDREAS

IUGO KOYAMA

Finalmente, depois de 19 dias de greves no ABC paulista, os empresários foram forçados a reconhecer que o movimento tinha peso: "Era hora de controlarmos a situação, para evitar que a paralisação se ampliasse demasiadamente. Primeiro defendemos a posição de que o movimento era ilegal. Mas ele continuou se expandindo. Poderíamos ser acusados no futuro de responsáveis pela deflagração de uma greve mais ampla nos setores da economia nacional", disse o presidente do sindicato patronal de fabricantes de veículos automotores, Newton Chiaparini, no dia 31.

Assim, os patrões fizeram um acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, concedendo até fevereiro do ano que vem um acréscimo salarial de 24,5%,. Haverá dois aumentos, de 5,5% cada, este mês e em outubro, que não serão descontados no próximo reajuste. Em agosto, dezembro e fevereiro, haverá três antecipações salariais de 4,5% cada uma, a serem descontadas no período do dissídio coletivo. Esse acordo atinge 65 mil trabalhadores. É o furo no arrocho salarial.

Na pág. 5, uma reportagem sobre a repressão desencadeada pela guarda de segurança interna da Volkswagen para forçar os cinco mil grevistas a retornar ao trabalho.

COPA DO MUNDO

E começou o Campeonato Mundial de Futebol, em Buenos Aires. Enquanto isso, em Paris, o Coletivo pelo Boicote da Organização da Copa pela Argentina (COBA) continua marcando seus protestos, com o apoio de várias entidades internacionais que se solidarizam na denúncia da ditadura argentina. O último cartaz distribuído pelo COBA – foto – reproduz uma frase da Anistia Internacional: "No momento em que vocês aplaudirem os onze da França, as aclamações cobrirão os gritos das pessoas que estão sendo torturadas". Mais Copa do Mundo na pág. 8, incluindo uma entrevista com Mané Garrincha.

Peru: a experiência das organizações sindicais.

A greve geral de 1º de julho do ano passado, a primeira realizada no Peru desde 1918, levou o regime do general Bermudez a convocar uma Assembléia Nacional Constituinte. E a situação continua quente no Peru, às vésperas das eleições desta Assembléia, agora marcadas para o dia 18 próximo. Que condições têm os trabalhadores de interferir no atual processo político do Peru? Quais as suas experiências? Manuel Manrique, jornalista e sociólogo peruano, fala nesta edição sobre a situação dos trabalhadores de seu país e sobre a estrutura sindical ali existente. (Pág.9).

Passeata e pedradas nas ruas de Salvador

O ato público, seguido de passeata, realizado pelos estudantes baianos na última quarta-feira, dia 31, mais uma vez foi violentamente reprimido pela polícia baiana, que comandada pelo coronel Filadelpho Damasceno, comandante da PM, e pelo coronel Luiz Artur de Carvalho, Secretário de Segurança Pública, usou e abusou da violência.

Cerca de três mil estudantes foram dispersados pela polícia depois de uma passeata de quase quatro quilômetros, que foi da reitoria até o bairro de Tororó, no centro da cidade, numa manobra que conseguiu enganar a aparatosa força policial montada nas proximidades da Universidade. Os estudantes foram brutalmente espancados e com eles todos aqueles que se encontravam nas proximidades da passeata. A polícia, sempre sob o comando de Damasceno e Luiz Artur, chegou a requintes de perversidade, arrastando estudantes pelo cabelo, soltando cães em cima de populares, invadindo violentamente residências, soltando bombas de gás lacrimogênio de um modo indiscriminado e arrombando portas de prédios.

A manifestação, que durou mais de quatro horas, teve como objetivo básico protestar contra a prisão do estudante Edval Nunes da Silva – Caja , solidarizar-se com os operários em greve em São Paulo, ao mesmo tempo protestar contra as precárias condições de ensino na Universidade Federal da Bahia (circunstância esta que fazia com que até aquele dia quatro unidades estivessem em greve – Comunicação, Farmácia, Medicina e História).

De alguma forma os estudantes e a população baiana estão aprendendo a conviver com a violência policial, já que em menos de 20 dias a polícia baiana promoveu três espetáculos: o primeiro deles, quando fez do Campo Grande, largo no centro da cidade, uma verdadeira praça de guerra para impedir uma concentração do MDB local. O segundo, contra os próprios estudantes num ato público anterior, e o último na quarta-feira.

Talvez seja isso, exatamente, o que esteja gerando reações como a dos estudantes secundários do Colégio Central, nas proximidades do bairro do Tororó, que, depois de terem sido atingidos por bombas de gás lacrimogênio, reagiram em massa, atirando pedras contra a polícia. O coronel Damasceno manteve o colégio cercado por mais de duas horas, argumentando que a reação era de universitários encastelados no estabelecimento, fato absolutamente inverídico, já que os estudantes universitários tinham se dirigido para a Escola de Economia, no Largo da Piedade. Ironicamente, ao lado da Secretaria de Segurança Pública.

"ABAIXO A DITADURA"

Na verdade o Largo da Piedade foi palco de um outro ato público, onde cerca de 800 estudantes protestaram contra a violência policial aos gritos de "Abaixo a Ditadura", "Abaixo a Repressão". A polícia, mais uma vez, cercou a manifestação, mas, desta vez, limitou-se a observar, talvez temendo a ampliação da repercussão negativa de sua própria arbitrariedade.

O advogado Adelmo Oliveira, candidato a deputado estadual pelo MDB, foi chamado à Escola de Economia pelos estudantes, para eventuais providências quanto a possíveis manifestantes presos. E o deputado Elquissom Soares, do MDB, afirmou, depois de assistir pessoalmente ao massacre de estudantes e populares, que era preciso que "houvesse reação, pois não podemos ficar mais com medo, porque o medo neste país tem sido o grande inimigo da democracia".

Os estudantes finalizaram a manifestação na Piedade, cantando "Caminhando" depois de rejeitarem uma proposta de cantarem o Hino Nacional.

Ainda na quinta-feira última, cerca de mil estudantes reuniram-se em assembléia e aprovaram uma greve geral até terça-feira próxima, em protesto contra a repressão. Durante esses dias, os estudantes estarão também preparando o seu Congresso Estudantil.

Quem é quem na Rocinha

No que o movimento popular cresce em combatividade, as direções pelegas de sindicatos, associações profissionais e associações de bairros – acostumadas à impunidade e à inexistência de cobranças dos momentos de desmobilização – lançam mão de todos os recursos possíveis e imagináveis para se manterem no poder e perpetuarem o servilismo. Assim tem sido, ultimamente, em diversos bairros das principais cidades do país. Assim foi, esta semana, na Rocinha – uma favela da zona sul do Rio, com cerca de 120 mil moradores. A diretoria da União Pró-melhoramentos da favela, eleita, sem oposição, num período de descenso, vem enfrentado com dificuldade o ininterrupto crescimento da participação popular nas lutas locais.

No momento em que um grupo grande de moradores consegue mobilizar boa parte dos favelados para resolver, eles próprios, seus problemas em mutirões e exigir, cada vez mais, do governo soluções definitivas, a União Pró-melhoramentos acena com promessas fáceis, feitas através de politiqueiros da Arena e se cerca de elementos estranhos à favela (mas, ao que parece, bastante íntimos dos órgãos de segurança). Dez moradores foram denunciados ao DPPS como "subversivos" e nove foram chamados a depor.

Os desmandos da diretoria chegou a um ponto máximo esta semana durante uma assembléia geral da associação quando ficou provado, pela oposição, a irregularidade de suas contas e quando foi cobrada sua postura policialesca e arredia aos interesses dos favelados. Depois de mandar um dos "assessores" da diretoria calar a boca – um "assessor" que sequer mora na Rocinha –, uma moradora, pé descalço, deixou seu protesto:

– Eu sou gente que nem qualquer mulher: registrada, batizada, casada e vacinada. Agora, eu quero saber por que a diretoria não quer trabalhar com nós da favela e só quer se cercar de gente de fora. É por que nós é favelado? É outra coisa: tem de parar de ficar entregando a gente pra polícia.

Por que a gente é subversivo? Só porque a gente tá brigando pra melhorar isso aqui, acabar com as sujeiras da rua, trazer luz e água pra todo mundo, conscientizar as pessoas? Nós tamos brigando por isso mesmo e vamos continuar a brigar. **(MB)**

O industrial Cláudio Strasburguer, secretário de Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, teve um papel decisivo na vitória de um grupo de direita para o DCE e alguns Centros Acadêmicos da PUCRS. O projeto do secretário é criar bases estudantis para sua candidatura a deputado federal pela ARENA.

A direita organizada em tendências que buscam criar bases de apoio aos projetos de políticos reacionários é uma constante no movimento estudantil gaúcho, onde esta direita detém a diretoria do DEE-RS e de vários centros acadêmicos no interior e capital. Conforme declarações do recém-eleito presidente do Centro Acadêmico de Comunicações, foram realizadas várias reuniões com Strasburguer, onde se debateram as tarefas a serem cumpridas e os meios a serem utilizados para a conquista das entidades da PUC. Um exemplo disso foi a tentativa de suborno do presidente da entidade de Economia a quem foi oferecido dinheiro para que votasse com a direita no colégio eleitoral para o DCE.

O processo eleitoral na PUC, onde as entidades ainda são rigidamente atreladas à reitoria, reflete bem uma das dificuldades em que vive o movimento estudantil hoje: apesar de ser uma das forças sociais que encontram uma maior organização a nível nacional, está marcado por profundas diferenças regionais quanto ao grau de combatividade e autonomia em sua organização. Os estudantes sem condições para impor uma eleição direta, aceitaram as normas do Regimento da Universidade, onde um colegiado constituído pelos presidentes eleitos para os CAs escolheriam a nova diretoria do DCE.

Enquanto Centro de Teologia, os estudantes reivindicavam um currículo baseado na Teologia da Libertação, a reitoria da PUC, associada ao projeto Strasburguer, garantia uma maioria de direita no Colégio Eleitoral, inclusive burlando seu próprio regimento: não realizou eleições em quatro CAs onde contava com o voto das antigas diretorias e anulou as eleições em dois CAs alegando irregularidades nas listas de votação e a presença de alunos com dependências de disciplinas. Para evitar o protesto estudantil o Superintendente Comunitário, Hildo Candioto, marcou as eleições para um feriado e expulsou a representante estudantil no Conselho Universitário da sala de votações.

Na ante-sala, os membros da chapa de direita, um alto funcionário das empresas Strasburguer e vários padres, congratulavam-se pela vitória. **(Luci Ayala)**

A quebra do isolamento

Os presos políticos e o movimento pela anistia acabaram consolidando sua primeira importante vitória: a quebra do isolamento carcerário a que estavam submetidos, há mais de dois anos, Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, ambos condenados a prisão perpétua na ilha de Itamaracá, em Pernambuco.

O protesto dos presos políticos se desenrolou por 23 dias de greve de fome e acabou mobilizando amplos setores da opinião pública. No dia 9 de maio a greve foi suspensa com um compromisso assinado pelo juiz auditor José Bolivar Regis de quebrar o isolamento por 5 dias na semana.

Com doze dias de atraso, com relação ao compromisso assumido, o juiz auditor acabou dando um despacho confirmando a quebra do isolamento. Assim, Carlos Alberto e Rholine terão direito a dois dias de esportes, dois dias de banhos de sol e um dia de visitas por semana, junto com os demais presos.

GERAIS

CENSURA PRÉVIA
O São Paulo Movimento Tribuna da Imprensa
Nós, jornalistas e leitores, denunciamos

A Cúria Metropolitana de São Paulo, como forma de protestar contra a censura que é imposta ao seu jornal "O São Paulo" e ao "não-conhecimento" do Supremo Tribunal Federal ao mandado de segurança por ela impetrado para acabar com essa restrição à sua liberdade de expressão, publicou um cartaz, cujo texto tem sido lido em todas as missas da Capital. Em certo trecho, esse texto ressalta: "quer nos parecer que a atitude do Supremo Tribunal acaba de considerar o mandatário supremo da Nação como imune a qualquer julgamento. Isso significa o reconhecimento do poder discricionário, ou seja, da ditadura".

A AGONIA DO 477

O Decreto 477 será um dos pontos principais das tão anunciadas e pouco acreditadas reformas governamentais. Na verdade ele já está extinto; por um lado, em função do desuso imposto pelo crescimento do movimento de oposição nos últimos quatro anos, e por outro lado, pela sua incorporação nos regimentos internos das universidades. Até o atual senador arenista Jarbas Passarinho, ex-ministro de educação do governo Médici, que aplicou o decreto 55 vezes, se diz (agora) favorável à sua revogação e justifica: "Eu apliquei o 477, mas no meu governo ninguém invadiu nenhuma universidade".

As Punições do 477

Aplicações Por Ano	
ano	nº de vezes
1969	197
1970	5
1971	6
1972	17
1973	19
1974	1
1975/78	0
total	245

Aplicações Por Estado	
Estado	nº de vezes
Guanabara	82
Pernambuco	60
Brasília	25
Minas Gerais	22
Alagoas	8
Esp. Santo	7
Ceará	6
R.G. do Sul	6
São Paulo	6
Rio Janeiro	5
Pará	3
Bahia	2
Paraná	1
R.G. do Norte	1

Aplicações por Ministros	
Ministros	nº de vezes
Tarso Dutra	190
J. Passarinho	55
Ney Braga	0
Total	245

Eleições Livres de um DCE Livre

O DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme, da Universidade de São Paulo, está realizando suas eleições de diretoria nesta terça e quarta feira. E essas eleições despontam como as mais concorridas desde a recriação da entidade dos estudantes da USP, em 1976. Naquele ano, cinco grupos concorreram à sua diretoria: Alternativa, Caminhando, Liberdade e Luta, Organizar a Luta e Refazendo. Em 1977 também foram cinco os grupos a disputar a direção daquela entidade: Caminhando, Liberdade e Luta, Mobilização, Refazendo e Resistência.

Este ano o número de grupos se elevou a oito: Alicerce, Caminhando, Combate, Liberdade e Luta, Novo Rumo Socialista, Refazendo, Vento Novo e Viramundo. Porém, apesar de nada estar definido ainda, todas as avaliações colocam que as possibilidades de vitória nas eleições estão apenas entre três desses oito grupos, exatamente os grupos que participaram das duas eleições anteriores, que são: Caminhando, Liberdade e Luta e Refazendo, esta última na diretoria desde 1976. Apesar de todas as cartas-programas defenderem a luta pelas Liberdades Democráticas, uma das causas de tal diversidade de posições é exatamente a diferença de visão do que seriam essas liberdades e de como os estudantes devem lutar por elas.

FINAIS

PRESOS/ Os três únicos presos políticos do Rio Grande do Sul, todos ex-líderes sindicais operários, remeteram uma carta ao presidente Geisel, no último dia 31, denunciando as torturas que sofreram e exigindo o imediato julgamento do recurso por eles impetrado ao Supremo Tribunal Federal. Esse recurso foi impetrado há 18 meses, e desde lá tem tido seu julgamento sistematicamente protelado. Os operários foram presos em 10 de outubro de 1973, acusados de terem participado de um assalto a banco. Em seu julgamento, apesar de nenhuma prova ter sido apresentada contra eles, foram condenados a dez anos. Foi a partir daí que entraram com o recurso, até hoje não julgado.

ATO PÚBLICO/ Duas mil pessoas participaram, em João Pessoa-PB, de um ato público pela libertação do estudante Edval Nunes da Silva (Cajá), ex-presidente do DCE da UFPE que foi preso e torturado, no Recife. O ato de João Pessoa foi convocado pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Paraíba.

ÓI NÓIS/ O grupo de teatro "Ói Nóis Aqui Traveiz", de Porto Alegre, continua sofrendo pressões por parte da Polícia Federal, que mantém seu teatro fechado desde o dia 3 de maio. Para conseguir a imediata reabertura do prédio a diretoria do teatro está passando um abaixo-assinado em várias entidades da capital gaúcha, que têm se comprometido com a sua defesa.

NATAL/ O Diretório Acadêmico do Centro de Ciências da Saúde e o núcleo do CEBES do Rio Grande do Norte convidaram o secretário da Associação Médica do Rio de Janeiro, professor Mário Vitor de Assis Pacheco, para coordenar um ciclo de palestras sobre "Multinacionais Farmacêuticas" e "Controle de Natalidade", de 17 a 19 de maio. Entretanto, o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte pressionou o Diretório para que as palestras não fossem realizadas na Universidade, alegando "recomendações superiores". Mas, apesar dos rumores de que a promoção seria proibida, mais de 500 universitários compareceram às palestras, transferidas para o auditório da Fundação José Augusto, fora do campus da UFRN.

ANISTIA/ Mais três seções do Comitê Brasileiro pela Anistia foram lançadas: O Comitê Goiano pela Anistia, em Goiania-GO; o Comitê Londrinense pela Anistia, em Londrina-PR e o Comitê Brasleiro pela Anistia seção Natal-RN.

História dos homens que vivem no maior presídio do mundo

A PRISÃO
Percival de Souza

Estórias de 6.300 pessoas encarceradas, muitas das quais tiveram suas vidas, ameaçadas pelo Esquadrão da Morte. E estórias da prisão: a de Galinha um ex-revolucionário de 32, de Fininho, dos pintores Dema, Reuber, Azul e Edinizio e de nomes ilustres como Monteiro Lobato e Abreu Sodré.
Pedidos pelo Rembolso Postal
Editora Alfa Omega
Rua Lisboa, 502 – CEP 05413
São Paulo - Capital
Cr$ 25,00

Vaias no estádio

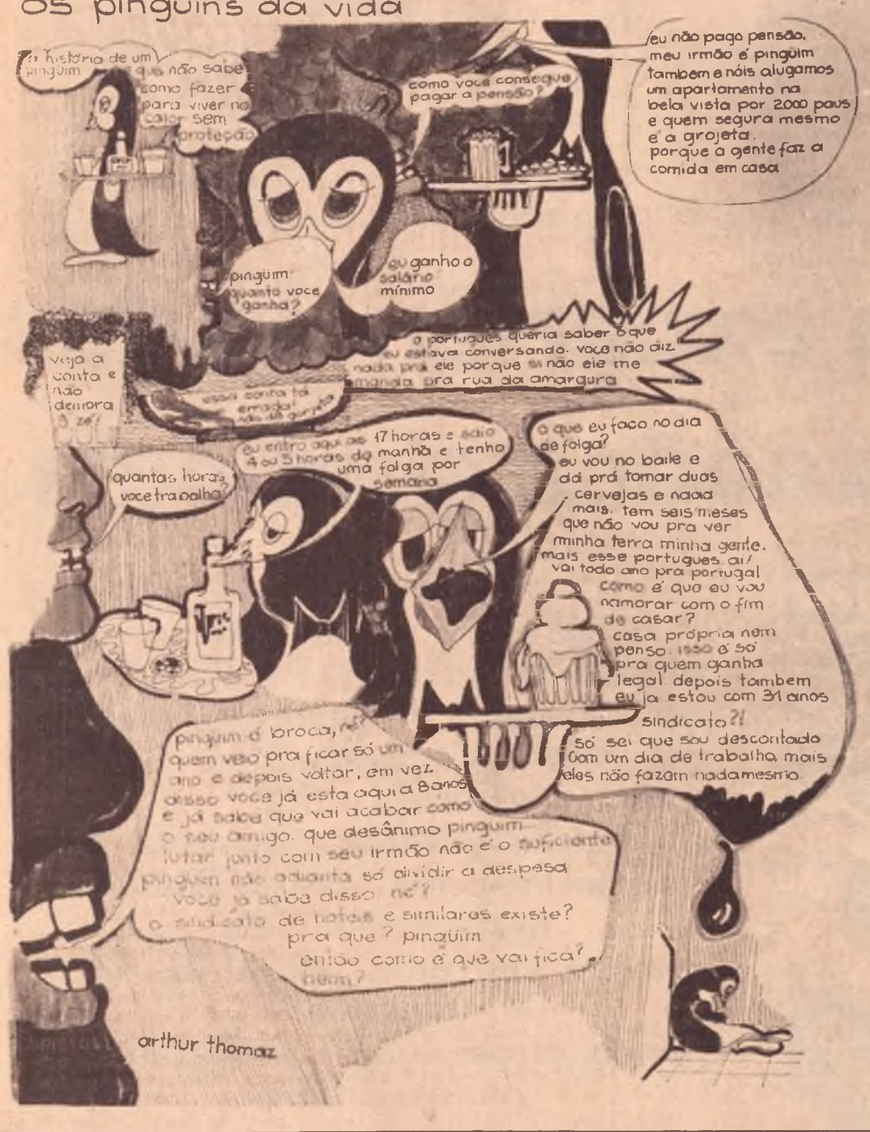
Faz tempo que os jogos entre a seleção brasileira e a seleção gaúcha causam espécie, pela rivalidade que neles se caracteriza. Na última versão, dia 25 de maio, dizia um torcedor (gaúcho) enfurecido: "o time deles (a seleção brasileira) está treinando há meses; o nosso se reuniu faz quinze dias, mas treina desde 1835 (data da eclosão da guerra dos Farrapos).

O separatismo caudilhesco e latifundiário dos Farrapos já acabou, mas não a rivalidade; por tabela, permanece aí a lembrança vaga de que a unidade nacional, no Brasil, se construiu a ferro e fogo, tendo à testa uma classe dominante, reunida em torno da corte imperial, no Rio, tão escravocrata quanto despótica.

Em 1972, quando estávamos ainda no auge da retórica milagreira, e a camiseta da seleção canarinho era tabu, na base do "ame-o ou deixe-o", a torcida gaúcha vaiou demoradamente esse mesmo time e essa mesma camiseta, a ponto do fato causar preocupações – então registradas na imprensa – às autoridades presentes.

Desta vez tentou-se driblar o fato colocando auto-falantes, a cada gol dos canarinhos, o hino da seleção, que diz que "todos somos brasileiros...", etc. As vaias permaneceram, entretanto. Mas o que causou mais espécie foram as vaias que se ouviram quando os auto-falantes anunciaram a presença das autoridades na tribuna de honra, entre elas o presidente Geisel. Não foi uma vaia estrondosa mas causou tanta espécie, que até agora nenhum órgão da imprensa registrava o fato. **(F.A.)**

os pingüins da vida



Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão .....
Idade ..... Endereço ..... Bairro .....
Fone ..... Cidade ..... Estado ..... CEP .....
End. Comercial ..... Horário ..... Fone .....
Estou enviando o cheque nº ..... do Banco ..... em nome da Editora Aparte S/A.
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: R. Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP). CEP 05415, fone 853-6680.

Anual Cr$ 500,00 **Semestral Cr$ 250,00**

EM TEMPO

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr. Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emiliano José , João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente) . Suplentes: Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandees, Flamínio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr. Flamínio Fantini, Jorge Baptista. Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor -Presidente).

Secretário de Redação: Carlos Moreira.

Produção e Secretaria-Gráfica: Paulo Roberto M. Borges

Editor-Geral: Jorge Batista.

EDITORIAS Internacional: Carlos Tibúrcio (editor) Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (Sub-editores), Altair Moreira, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Maria Cristina Pfau, Marion Frank, **Nacional:** Bernardo Kucinski (editor), Antonio Espinosa, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Geraldo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr. Paulo Sérgio . **Cultura:** José Arrabal, Maria Rita Kehl e Sérgio Squilanti (editores), Aguinaldo Meyer, Arnaldo Xavier, Claudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gil berto Morgado, Nadine Habert, Paulo Nassar, Sérgio Alli. **Arte:** João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação, Beto Maringoni , Duto Bicalho, Zezo (ilustração); Ennio Brauns Fº, João Roberto Martins Fº, Niels Andreas (fotos).

Revisão: Alfredo Maria Camilo de Souza, Rubens Adorno.

Arquivo-Pesquisa: Luis Gabriel de Pieri, J. Moura Marinho, Maria Quinteiro, Silvestre Prado.

SUCURSAIS

Brasília (S.C.S. - Edifício Maristela, s/1103): Marco Antonio, Marina Juarez, Rita de Cássia. **Recife** (R. Anibal Falcão, 127 - Fraças): Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatrut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M Nogueira (administração) . **Belo Horizonte** (R . Bernardo de Guimaraes, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flávio Andrade, Haroldo Quintão, Henrique de Oliveira, João Antonio de Paulo, João Machado, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Virgínia Pinheiro (redação), Mariza Araújo (administração). **Curitiba** (R. José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Paulo Sá Brito, Reinoldo Atem. **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Baroros Pinto, Gerson Schirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Letânia Menezes, Marcelo Matte, Marcelo Lopes, Paulo Fogaça, Rejane Fernandes. **Salvador** (Av. 7 de Setembro, 202 - s/501): Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria , **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 - s/408): Adauto Novaes, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Baia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Meneses, Jorge Ricardo Gonçalves, Lais Meirelles, Lígia Bahia, Luiz Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Arão Reis, Margarida Auturan, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga; Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas.

ESCRITÓRIOS

Aracaju (SE) : David Dantas, **Campinas** (SP): Fátima Barbosa, João Roberto Martins Fº, Reinaldo Barros. **Fortaleza** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araujo (arr redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr , Vinicio Araujo (administração e distribuição). **João Pessoa** (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manuel Campus. **Natal** (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis.

Administração São Paulo: Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edvaldo Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes.

Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcia Ramos de Souza (São Paulo): Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte) Adelmo Oliveira (Salvador).

Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães. 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280479 e 8536680. Pinheiros - Composto e impresso nas oficinas da PAT- Publicação e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgilio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefone 8537461. Distribuição : Fernando Chinaglia Distribuidora S/A, Rua Teodoro da Silva, 907 (RJ) - Telefone: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

MDB engole Chagas para entrar na Frente

A reboque dos acontecimentos, o MDB, inclusive os autênticos faz a maior ginástica e topa tudo, até a figura sinistra de Chagas Freitas no governo do Rio de Janeiro, para participar da Frente Nacional pela Redemocratização, que começa a ganhar corpo contra a candidatura Figueiredo.

NELSON PENTEADO

-ázaro Barbosa, Brossard, Marcos Freire, Trancredo Neves, Ulysses e T Ramalho, na mesa da Convenção.

As discussões e a decisão tiradas na IV convenção extraordinária do MDB, mostraram que o partido da oposição está disposto a qualquer tipo de concessão para conseguir um outro objetivo, que é participar da Frente Redemocratizadora articulada contra a candidatura do general Figueiredo, admitindo inclusive concorrer às eleições indiretas para a Presidência da República.

Embora da pauta da convenção constasse somente a discussão sobre a participação ou não do partido nas eleições indiretas nos estados, a formação de uma frente ampla no país cujos cabeças, o senador Magalhães Pinto e o general Euler Bentes, fizeram um apelo ao MDB para sua incorporação - mudou completamente a tonalidade do encontro, que serviu mais para mostrar o esforço da maioria dos convencionais em se adaptar aos novos fatos do que propriamente para analisar o problema sucessório estadual.

Inclusive, foi a conclusão de que e necessária a participação do MDB numa frente nacional de oposições para redemocratizar o país que determinou uma mudança radical nas posições que o grupo autêntico vinha defendendo, levando-o até a admitir como governador do estado do Rio, aquele que chamam de agente do governo no MDB,Chagas Freitas. Para se ter uma idéia, duas semanas atrás , na reunião do Diretório Nacional do partido, os autênticos eram tão radicalmente contra as eleições indiretas em qualquer nível que se retiraram do plenário quando teve início a votação sobre a matéria . Mas naquela hora, a chamada Frente Nacional pela Redemocratização ainda não era considerada como possível. Nem tampouco a candidatura do general Euler para a Presidência da República estava definida.

Foi numa reunião na véspera da convenção, realizada na casa do autêntico Jarbas Vasconelos que o grupo decidiu engolir mais um governo Chagas Freitas e "pela imperativa necessidade de viabilizar uma maior convergência das múltiplas oposições brasileiras, conferindo-lhes um instrumental de maior eficiência" admitir concorrer com o general Figueiredo no colégio eleitoral, desde que o candidato assuma uma carta de princípios programáticos que inclui a revogação imediata de todos os atos de excessão, liberdade de imprensa, eleições diretas a todos os níveis,restauração dos direitos e garantias individuais, pluripartidarismo, liberdade sindical etc, e atendidos esses pressupostos, a convocação de uma assembléia nacional constituinte.

A proposta encontrou poucas mas veementes resistências entre os autênticos, sendo que o gaúcho Jorge Uequed a classificou como uma fórmula "de comprar os votos dos chaguistas para o general Euler". Como iam analisar somente a questão nacional e não o problema fluminense, o ferrenho anti-chaguista J.G. de Araújo Jorge não foi nem convidado para a reunião . Tirada a proposta, uma comissão redigiu até as 5 horas da manhã o documento que viria a se transformar no centro de discussão da convenção e fator importantíssimo na mudança de posição do partido em relação à frente do general Euler e do senador arenista Magalhães . A discussão em torno de Chagas, embora fossem ouvidas novas acusações com relação ao seu caráter e à sua posição pro-regime, deixou definitivamente de ser central. "Só falamos sobre Chagas uns 10 minutos", lembrou Airton Soares.

Ao início da convenção, Ulisses Guimarães, que, apesar do apelo dos articuladores da Frente e de toda a discussão que se desenvolve hoje no seio do partido, tem se esquivado visivelmente de mostrar a sua posição sobre o assunto, fazia uma preleção que traduz a intenção da cúpula do partido de "escorregar" mais uma vez da necessidade de discutí-lo.

Mas a situação agora já é outra, pois não só os autênticos assumiram a proposta de uma frente nacional, como, também importantes figuras da cúpula partidária já estão apoiando abertamente a jogada, entre eles Marcos Freire, Saturnino Braga e Paulo Brossard (este contando inclusive com o apoio do MDB gaúcho para trabalhar na articulação da frente). Entre os 40 votos contrários à proposta lida por Freitas Nobre, além de argumentos contrários à pessoa de Chagas, ouviram-se também argumentos contra a forma de construir a frente única pela democracia. José Costa, por exemplo, dizia que "é um absurdo após 14 anos de ditadura atrelar-se a um general de pijama e a um banqueiro que nada têm a ver com o povo. Em tese sou a favor da frente desde que ela surja da base e represente um pacto de adesão. O Euler e o Magalhães têm que assumir o programa do MDB". Não poupou inclusive críticas a Chico Pinto, cuja opinião – Chico defende a frente com todos os setores da oposição ao regime, incluindo os militares cuja maioria estaria disposta a uma saída democrática – teve muito peso na tirada da posição (Ver EM TEMPO Nº 13).

Também Edson Khair, embora se colocando favorável à frente discordou de sua estruturação: "Não podemos inverter a questão. A frente tem que nascer de baixo para cima. No caso estamos entrando numa frente com nomes prontos". As duas defesas mais expressivas da participação do partido numa frente única pela democratização, em meio a uma convenção que teve um baixo nível de discussão política, foram feitas por dois paulistas. Goldman interviu dizendo que o problema maior não é o Chagas ou o estado do Rio. "O problema é a participação nossa numa grande frente para mudar a curto prazo essa situação que oprime o povo brasileiro. Nós temos duas saídas: ou aceitamos trabalhar em frente pela democratização, pela eleição de uma constituinte, ou aceitamos eleger um general imposto. O que garante essa frente é a plena participação popular. Acima da discussão sobre eleições diretas ou indiretas está o interesse pela democratização do país".

Airton Soares por sua vez, além de apresentar duas moções de apoio, – uma à luta dos estudantes pela UNE e outra aos operários grevistas do ABC, ambas aprovadas pela convenção – respondia às colocações de que aderir à frente é atrelar-se a Euler e a Magalhães. "Para aderir a essa frente, que inclui todos os setores descontentes com o regime, Euler e Magalhães terão que assumir de fato a luta que o MDB trava. Não temos porque temer: a nossa luta é clara. Não arredamos pé dela para aderir uma frente pronta. Essa é a grande questão nacional. Não devemos perder tempo com o caráter das eleições indiretas. Teremos de toda forma mais um governo a combater, mais um governo da Arena".

De fato, o MDB está pendendo realmente para a participação na Frente embora a sua liderança não queira definir-se e nos próximos dias, pressionada pelo resultado da convenção e pela conjuntura do país, a moderada direção da oposição poderá estar convocando uma nova convenção extraordinária para a discussão do nome de seu candidato à Presidência da República.

(Carlos Alberto de Almeida)

DEBATE

O passo de mágica da Frente Ampla

Não se trata de raciocinar na base do quanto pior melhor. Mas de compreender que o espaço político eventualmente contemplado numa saída elitista será tanto maior quanto os trabalhadores aumentarem seu poder de fogo, ampliando a sua luta, mantendo a sua independência e radicalizando seu programa.

Tibério Canuto

O Brasil nunca teve tantos "democratas" como nos dias de hoje. Como num passe de mágica, todo mundo se diz contrário ao regime autoritário. A começar por muitos daqueles que em 1964 se colocaram na linha de frente para implantar o regime que hoje dizem abominar: Magalhães Pinto, Abreu Sodré, alguns ex-coronéis da linha dura e o próprio general Euler Bentes - este um revolucionário histórico, co-signatário do famoso manifesto dos coronéis que conspiraram contra a posse de Juscelino Kubistchek. Para não falar no general Hugo de Abreu, cujo pulso forte exterminou a guerrilha de Xambioá, e que teve um papel ativo na cassação de Alencar Furtado.

A surpresa não pára aí. Êste novo contingente de "democratas" procuram expurgar seus pecados propondo uma frente ampla em torno de Euler Bentes, na qual o MDB, militares inconformados e dissidentes arenistas de todos os matizes fariam o feitiço voltar-se contra o feiticeiro. Ou seja, elegeriam Euler como presidente pela via indireta e este realizaria um governo de transição no fim do qual viveríamos numa democracia plena.

Até aí nada demais, se a tese não contasse com o endosso de oposicionistas combativos, a exemplo de Francisco Pinto. Subitamente, estes oposicionistas assumem a postura de fiadores da frente eulerista e se transformam em arautos das virtudes democráticas do general de cabelos crespos. Esquecem eles, porém, que cego quando vê esmola grande desconfia, e na sua pressa não esclarecem que frente é esta e a quem ela serve.

O novo passo

Se eles não esclarecem, Severo Gomes o faz. Ao participar, no Teatro Ruth Escobar, na última segunda-feira, de um debate sobre as opções políticas do empresariado, o ex-ministro da Indústria, não deixou margem para dúvidas. Propondo uma frente ampla capaz de "gerar um pacto social duradouro, no qual os conflitos classistas e interclassistas fossem harmonizados", ele mostrou as vantagens deste pacto, onde os que contestam a ordem vigente "ou são forçados a romanticamente tentarem a revolução em outros países, ou giram na órbita dos novos filósofos, ou caem no desespero das brigadas vermelhas". Em outras palavras, cria-se um Estado burguês tão forte que resiste às contestações, enquanto estas caem no vazio. Miragem? o ex-ministro mostra que não: "A Suécia teve a sua economia capitalista administrada , durante 25 anos por um partido socialista".

Um importante artigo da **Folha de São Paulo** - intitulado as "Salvaguardas do Capitalismo" - revela que este é um dos debates a existir nas Forças Armadas. Segundo o artigo, ganha terreno a tese severista de que é necessário reordenar o modelo econômico e político do país, sob pena da a contestação ao regime autoritário poder desaguar numa contestação ao próprio sistema capitalista. Teria então chegado o momento de sair da fase do "capitalismo selvagem" e ingressar na era do "capitalismo cientifico" e de abandonar o autoritarismo por uma forma mais branda de dominação.

O espaço político

Seria ingenuidade raciocinar na base da crença de que as classes dominantes tem o poder mágico de manipular toda a sociedade e de impor algo que seja unicamente fruto de seu desejo subjetivo. Neste sentido, a substituição do regime autoritário proposta pela frente ampla é decorrente de vários fatores:

1) O estágio de desenvolvimento econômico da sociedade já comporta tais alterações;

2) O atual regime não conta com canais que possibilitem a solução das contradições dentro do próprio bloco dominante;

3) O avanço da luta pelas liberdades democráticas detonada pelos setores populares não pode mais ser ignorada pelas elites e estas tem que levar em consideração, de uma forma ou de outra, determinadas aspirações populares sob pena de perder o controle das regras do jogo.

Isto leva a uma constatação importante: o maior espaço político para as camadas que eventualmente o hipotético sucesso da frente ampla trouxesse, tais como direito de greve, fim dos atos de exceção e uma maior liberdade sindical se daria por duas razões: de um lado, estas bandeiras não são estruturalmente antagônicas à ordem capitalista, daí ser possível um novo regime assumir uma feição mais democrática. De outro, a absorção destas bandeiras pela frente ampla representa um forte indicativo a que grau chegou a luta de classes no país, onde as próprias classes dominantes são forçadas a contemplar, em seus projetos, reivindicações que as classes subalternas levantaram.

Mesmo admitindo ser real o argumento de que os trabalhadores e demais camadas populares não contam ainda com uma cirrelação de forças capaz de favorecer a sua alternativa própria na derrocada do regime militar, e que a mudança da forma de dominação abrir novas brechas para estas classes sociais, é miopia política apoiar a frente eulerista. Não se trata de raciocinar na base do quanto pior melhor. Mas de compreender que o espaço político eventualmente contemplado numa saída elitista será tanto maior quanto os trabalhadores aumentarem o seu poder de fogo, ampliando a sua luta, mantendo a sua independência e radicalizando o seu programa. Esquecer isto é contribuir para que as classes dominantes imponham o seu projeto sem grandes traumas, ou sem "grandes radicalizações", como quer o general Euler Bentes, porque a radicalização pode levar os expoentes da Frente Ampla a perder o controle da mudança que tentam imprimir.

Os blocos da frente

Apesar da técnica de marketing de apresentar os componentes da frente ampla como democratas sinceros e de longa data, a realidade é bem outra. É um erro raciocinar na base de que todos os gates são pardos. Na frente existem, pelo menos três blocos. O primeiro deles são os militares capitaneados por Hugo de Abreu. Embora o segmento militar não esteja também imune à luta de classes e em suas fileiras repercutem também os mesmos fenômenos que levam uma boa parte dos empresários a optar por um outro tipo de regime.

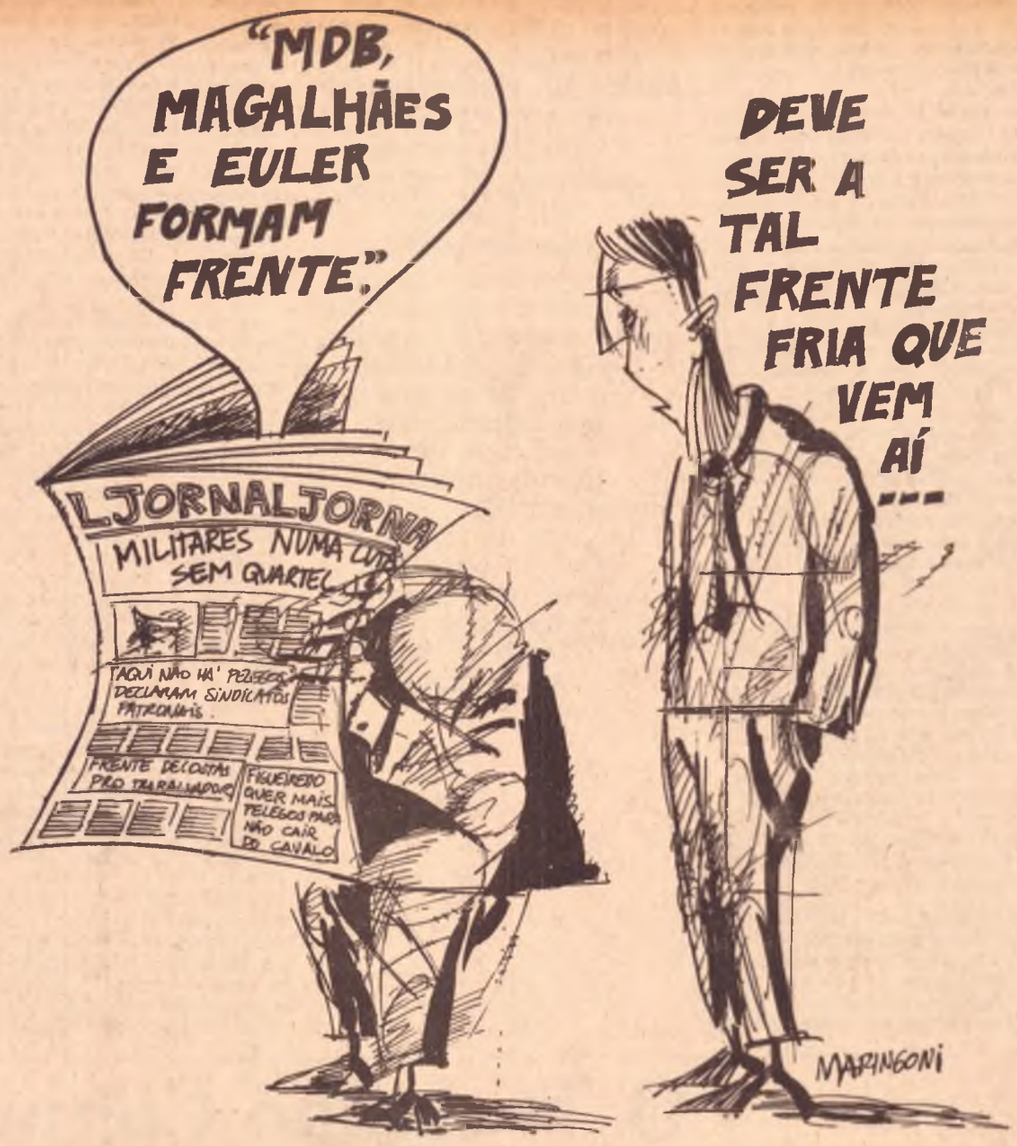
Contudo, não há como negar que em parte estes militares se rebelaram não em decorrência dos seus sentimentos democráticos, mas porque Geisel desrespeitou as regras do jogo do processo sucessório que eles nunca discordaram. O general Hugo de Abreu só se transformou num "democrata" quando viu-se no papel de marido traído e descobriu que Figueiredo era o ungido de Geisel. E Euler - até bem pouco tempo uma espécie de trunfo que Geisel guardava no bolso do colete para momentos mais difíceis - só assumiu a bandeira da democracia depois que fecharam-se todas as portas para que ele fosse o escolhido pelo sistema. Bem menos nobres são as razões que levaram muitos dos arenistas a aderir à frente eulerista, a maioria deles descontentes apenas porque na divisão das capitanias não foram contemplados nas sucessões Estaduais.

A presença do MDB sobretudo dos autênticos não altera a qualidade da frente. E só serve de indicativo tanto do tipo de partido de oposição que temos como de quanto são tênues os vínculos dos autênticos com as camadas populares. Ao primeiro canto da sereia, os autênticos embarcam nela, afrouxando a suacombatividade e entrando em conchavos palacianos. E fazem isto sem ter grandes compensações. Na frente eulerista eles são os setores caudatários, pois quem está dando as regras do jogo são os militares e os arenistas dissidentes.

Resultado: a frente ampla já começa a ser arrastada para a direita e tropeça nas suas próprias contradições. Dado aos seus compromissos estruturais, Euler Bentes e Magalhães Pinto assinam um pacto, definindo a frente como um compromisso para fazer valer "as aspirações democráticas da Revolução de Março". Como é possível falar em democracia e ao mesmo tempo defender o golpe de 1964? Um simples editorial do **Jornal do Brasil** foi capaz de levar o general Euler Bentes a recuar de suas posições "nacionalistas e estatizantes , declarando logo em seguida ser um defensor histórico da iniciativa privada. Resumindo, as contradições internas são tantas que a frente até agora não formulou o seu programa e fica apenas na generalidade.

Os que defendem a adesão à frente ampla acenam com a bandeira de um governo de transição e dão um argumento aparentemente arrasador: a maioria das forças armadas são democráticas. Deixando de lado o exagero da afirmação, e bom lembrar que os acontecimentos históricos indicam o contrário. Aí estão 1964 e 1968. Aí está o regime que não paira no ar e conta com uma forte base militar. Há também uma experiência de um governo militar de transição na Argentina: o de Lanusse, que acenou com um grande acordo nacional logo após o "cordobazzo" e foi buscar Peron no exterior para abafar a contestação operária.

Um bom indício dos prejuízos que a frente ampla pode trazer é a situação do MDB do Rio de Janeiro. Os autênticos estão tendo de engolir Chagas Freitas para Governador, porque senão ele não apóia Euler. E mais ainda vão ter que fazer vistas grossas ao risco do MDB ter um senador biônico, compactuando assim com o que existe de mais espúrio neste momento da vida nacional. Isto para não falar que preocupados com os conchavos da frente, os autênticos simplesmente se omitiram em relação à greve de 42 mil operários no ABC. Como estes fatos vão repercurtir nas próximas eleições? O MDB que se cuide.



Projeto Brasil
(a menina dos olhos de Euler Bentes)

Sitiada no espaço estreito entre a necessidade de obter para si maior liberdade e o receio de que por essa porta aberta entrem parceiros indesejáveis, a burguesia se vê obrigada a propor reformas do poder nos marcos de sempre: com ordem e segurança. A façanha realizada em outra época – mais conhecida como "redemocratização de 46" deve ser novamente conseguida, isto é, passar do árbitrio ao Estado de Direito, sem comoção social. Os limites dessa reforma, o que pode e o que não pode barganhar a burguesia é o que contém o **Projeto Brasil.**

A crise econômica agudizou a permanente crise política do regime pós-64: à oposição veio somar-se um estranho parceiro, certas frações da burguesia, cada uma por seu lado querendo assegurar que não seja ela que vá suportar os ônus da diminuição da taxa de lucro. É que, nas condições peculiares do capitalismo brasileiro, o controle direto ou indireto do Estado torna-se decisivo para a ampliação ou preservação da taxa de lucro, na medida em que este conserva os instrumentos fundamentais para a acumulação de capital expressos por exemplo na política de crédito e financiamento, subsídios, concessões, etc. Assegurar a participação direta em decisões dessa natureza numa conjuntura de crise, torna-se então crucial. Portanto, é hora de propor a abertura.

Dentro desse espírito vem o **Projeto Brasil** de Vilela, em coautoria com o ex-vice governador da Guanabara, Raphael de Almeida Magalhães. Surpreendemente, o **Projeto** parece ir muito além das mais ousadas propostas reformistas existentes para o Brasil. lembrando em certos aspectos os modelos social – democratas aplicados na Europa.

Nesse sentido, trazem afirmações como estas: "O Projeto Brasil defende como objetivos nacionais prioritários a eliminação da miséria e a redução das desigualdades". Ou então: "Para que as desigualdades não se agravem, quer que os assalariados voltem a ter poder real de negociação, que lhes tem sido negado como condição para o êxito da política econômica". "Propõe que os trabalhadores se transformem em acionistas das empresas que trabalham, pela apropriação em seu benefício de parte dos lucros que ajudaram a formar". E tudo isto num clima de liberdade e participação política pois sugere um novo vinculo entre governantes e governados onde os órgãos da comunidade que vão desde os sindicatos até a associação de moradores constituiriam "o principal instrumento para enfrentar a tirania do estado e garantir a liberdade do homem".

Claro está que se o projeto contivesse propostas que viabilizassem tais objetivos, poderia representar uma forma efetiva de cooptação de largas parcelas da população brasileira. Mas não é este o caso, seja em algumas de suas definições especificas, seja na própria indefinição ou omissão de alguns pontos que deveriam ser considerados importantes, o projeto traz inapelavelmente a marca liberal, o que implica no aprofundamento de questões óbvias, inúteis ou irrelevantes, e tergiversações sobre questões fundamentais.

A dubiedade aparece, por exemplo, na questão da organização dos partidos políticos, um ponto central na discussão dos parâmetros de qualquer "nova" sociedade que se queira instaurar no país. Por um lado, o projeto define como questão de princípio que a sociedade deve ter ampla liberdade na constituição de partidos políticos, os quais organizariam livremente a luta pelo poder. De outro, observa algumas restrições suficientemente ambiguas para representar na prática restrições efetivamente agudas. A primeira delas é o dever de respeitar a forma de governo – com o que se preserva todas as especificidades da ordem vigente. A segunda é a exigência de que qualquer partido seja a priori um partido forte. Mais que isso, a constatação de que eles exprimem a vontade de parcelas ponderáveis da opinião nacional é feita "em seguida aos pleitos", o que abre espaço para dúvidas. Nem todos os partidos podem nascer fortes, sobretudo aqueles que venham a representar a vontade das parcelas econômica e politicamente oprimidas. Na realidade, estes se fazem fortes no processo de participação politica. Além disso, se é no pós-pleito que se apura a legitimidade de uma agremiação política, o que isso pode vir a significar: a cassação dos mandatos de seus poucos representativamente eleitos? o fechamento dos pequenos partidos?

Estas indefinições sobre legislação partidária são substituídas por pródigas definições e desenvolvimento em detalhes quando o projeto trata das relações entre a burguesia, os empresários, e o estado. Por exemplo, procura definir mecanismos que assegurem maior participação dos empresários junto aos organismos oficiais de planejamento e financiamento. Neste campo, o projeto busca suprimir, eticamente, as impurezas dos mecanismos de decisão dos favores estatais, ao deslocá-los das entranhas do autoritarismo para a arena predileta (mas nem sempre) da burguesia: o parlamento.

Quanto à questão sindical, a timidez do projeto é patente, quando não contraditória com as declarações de intenção do preâmbulo. O radical posicionamento contra a tutela do estado sobre os sindicatos cessa ao admitir, em caso de impasse nas negociações entre patrões e trabalhadores, "a mediação do estado em instância adequada. Mas não como supressor do poder das partes".

Na verdade, esta é uma questão crucial – o desatrelamento estado-sindicato é um ponto básico de qualquer programa de oposição sindical ou sindicatos combativos hoje no Brasil, representando uma reivindicação fundamental dos trabalhadores. Nessa medida, os limites do liberalismo – no que tange à concretização dos interesses dos trabalhadores – são bastante estreitos. Seu ponto de ruptura começa por diferenças de ênfase e enfoque nas formulações dos pontos centrais para o estabelecimento da democracia e desemboca, como não poderia deixar de ser, numa profunda divergência no que se refere à manutenção ou não do capitalismo.

Além do mais, tão vasto projeto não abriga sequer uma referência a aspectos como a Reforma Agrária, FGTS, Direito de Greve, e não aponta a forma de como se viabilizaria a intenção de distribuição de renda, nos marcos do capitalismo brasileiro, cuja evolução histórica não oferece, até agora, elementos para se vislumbrar esta perspectiva. Logo se vê, pois, que aquela auréola reformista nada mais faz que encobrir o sentido principal do projeto: recriar os canais de participação política para a própria burguesia, situada entre o povo e o regime autoritário.

(Mauricio Borges e Sandra Starling)

O "Projeto Brasil" do Senador arenista Teotônio Vilela estará dentro de alguns dias nas bancas de revistas de todo país, numa edição acessível ao grande público, vendida provavelmente a cinco cruzeiros. Anunciado há bastante tempo e divulgado recentemente, o texto só agora começa a atrair atenção, com a emergência da Frente Ampla Redemocratizadora. O general Euler Bentes, por exemplo, disse: "considero-o como o documento mais completo do momento, pela amplitude e análise que insere. É um trabalho admirável. Não entendo por que até hoje não mereceu a repercussão que merecia", acrescentando que servirá como subsídio para a plataforma política da Frente. Na verdade, o projeto e rico na definição de mecanismos que assegurem maior participação dos empresários junto aos organismos oficiais de planejamento e financiamento, e muito pobre ao tratar a questão operária. Não há por exemplo referências ao Direito de Greve e ao FGTS.

"Uma camarilha escolheu Figueiredo"

Visando conhecer mais de perto o perfil dos candidatos do MDB para as próximas eleições parlamentares de 15 de novembro, quando haverá renovação na Câmara dos Deputados e em parte do Senado, EM TEMPO começa a ouvir depoimentos dos pretendentes. O primeiro é Rômulo de Almeida, que sairá como candidato ao Senado pela Bahia. Rômulo viveu de perto o populismo, ocupando o cargo de assessor econômico de Getúlio Vargas, no período 50/54. Foi o pai da Petrobrás, idealizador do Pólo Petroquímico de Camaçari, pioneiro do planejamento econômico do Nordeste e da Bahia, planejador do Centro Industrial de Aratu e de um sem número de outros empreendimentos. Aqui, ele aborda alguns aspectos da conjuntura atual.

ET – Na sua opinião, qual a caracteristica do momento político que vivemos?

RA – No plano político, o sistema conduziu a sociedade brasileira a um fosso entre o Estado – e particularmente as Forças Armadas, que mais representam o sistema de poder – e a sociedade civil, o que é profundamente prejudicial ao País e a eles mesmos. As Forças Armadas não chegaram a ter uma identidade de interesses com os beneficiários do sistema que elas sustentaram e a que deram não só a sua força, mas, o respeito que sempre apresentaram de compromisso com os interesses nacionais. Salvo a expectativa dos que, depois de reformados. tinham "estrelas para vender", o apoio das Forças Armadas a pequenos grupos que se apropriaram do excedente nacional era – e é – gratuito e incompreensível.

ET – Mas, sobre que base teria se dado o "apoio gratuito e incompreensível"?

RA – Naturalmente isso adveio daquela ilusão que foi vendida às Forças Armadas pelos beneficiários do Sistema de que logo chegaria a fase de melhor distribuição dos benefícios por todo o povo brasileiro, sendo, portanto, o duplo arrocho – salarial e político – um preço essencial de segurança para se alcançar o desenvolvimento. Esse mito do desenvolvimento foi, por sua vez, muito inspirado pelo complexo de inferioridade nacional e pela preocupação de grandeza aparente. E essa distorção do conceito de segurança, por seu lado, também herdou os equívocos colonialistas da guerra-fria, do período em que a Potência Imperial, que nos comandava, vendeu a obsessão anticomunista como um meio de silenciar reivindicações e enquadrar fidelidades cegas ao "Ocidente Cristão".

ET – Economista que é, como vê a crise política relacionada à crise econômica?

RA – O problema da relação entre a economia e a política exigiria uma longa discussão. Mas, para falar sobre o essencial, cabe recordar que, no fundo, o sistema político reflete a estrutura econômica e obedece aos interesses dos grupos dominantes. Mas, paradoxalmente, na sua mecânica imediata, pode ocorrer o contrário e é o que me parece estar ocorrendo. A crise latente no sistema econômico brasileiro resulta da crise política. Por um lado, os empresários nos setores dinâmicos não encontram segurança nos seus projetos de investimento em face da instabilidade do arbítrio autocrático. Por outro, os impasses a que o sistema econômico está sendo conduzido em consequência dos desequilíbrios crescentes na distribuição da riqueza e da renda entre os grupos sociais e as regiões não conduzem a um desenvolvimento tranquilo do capitalismo nacional, embora beneficiem, no curto prazo, a certos segmentos.

E ocorre que uma melhoria no esquema de distribuição é inviável através de medidas paternalistas ou tutelares, ainda que haja a melhor sensibilidade moral para o problema de parte do Presidente, de alguns ministros e de muitos tecnocratas. A mecânica concentradora anula o efeito que se poderia esperar de tais medidas tutelares, que, de resto, só podem ser muito limitadas, dado o fato histórico de que ninguém entrega parte do que tem pela mera ispiração da caridade cristã. Evidentemente, isso exigiria democracia política, com capacidade real de organização das massas e sua mobilização para a luta nos vários planos.

ET – E a sucessão em todo esse quadro?

RA – Fala-se em diálogo e em abertura política, mas o processo de sucessão está mostrando que nem as forças que apoiam o Governo e o Sistema podem dar palpite. O processo de escolha do sucessor caracterizou-se pelo arbítrio formalmente pessoal do Presidente da República, embora pareça claro que a escolha foi realmente daquilo que se chamava antigamente, num termo muito próprio, de camarilha. O lado chistoso do episódio é que Francelino Pereira, da Arena, anunciou que o Presidente da República iria **submeter** o nome do sucessor à Arena e o Presidente também usou esta expressão.

Esse episódio deixou claro que houve uma mudança no papel e na responsabilidade do sistema militar. O Presidente, ou uma camarilha em torno dele, sem responsabilidades formais, escolheu, a seu livre arbítrio, o seu sucessor num País de 110 milhões de habitantes, em que, pelo menos, 30 milhões têm direito formal de participação. É realmente chocante. Quanto à candidatura Euler Bentes, surgida nos últimos dias, eu a vejo com bons olhos, à medida que o general é um homem com experiência administrativa comprovada e poderá, pelas posições que têm apresentado, levar o País a um regime democrático.

ET – E no meio de tudo isso, como avaliar a movimentação dos setores explorados e oprimidos da sociedade?

RA – Esse fenômeno é realmente impressionante e muito confortador, levando em conta a situação em que surgiu e a extensão em profundidade que já alcançou esse movimento da organização da sociedade civil fora dos muros estreitos do Sistema. E, na verdade, representa uma situação talvez inédita no Brasil. No passado, nós chegamos até a praticar com alguma desenvoltura os ritos da liberdade e a ter uma prática política muito aberta nas cidades maiores, mas, os nossos partidos sempre foram muito manipulados a partir das cúpulas, sindicatos sempre controlados pelo Governo e pelos patrões, o clero ausente ou sacralizado.

E hoje a gente sente que, a partir das próprias dificuldades nacionais, e, por outro lado, de uma ampliação dos quadros e da consciência política, a sociedade civil está emergindo num processo de organização espontânea, que me parece ser um fenômeno novo e realmente muito esperançoso. Desse processo deverão surgir, assim que hajam condições, partidos autênticos, que devem se estruturar a partir das bases e representar efetivamente os interesses das classes e setores da vida nacional.

ET - E o papel do proletariado, especificamente nessa caminhada?

RA - Você não realiza nada de importante no Brasil sem a participação do proletariado. Como se chega a isso? Além das limitações puramente formais, da falta de um mínimo de democracia liberal, os trabalhadores brasileiros precisam lutar e ser ajudados por outros grupos sociais progressistas para superar três condições negativas: o multi-secular temor reverencial e físico da autoridade e do patrão; o paternalismo e o consequente peleguismo da organização sindical; o espectro do desemprego que é outro fator de dependência psicológica e que, às vezes, se transforma em dependência fisiológica. Qual o caminho para isso?

Evidentemente , extinguir os fatores de intimidação é um primeiro passo. É preciso liberdade de associação, de debate, de manifestação , não somente no nível sindical, mas no político. Ao lado disso, assegurar um esquema expansivo para a economia brasileira, capaz de gerar empregos e salários crescentes.

Emiliano José

O Trabalho Conjunto

A experiência (e as propostas) da unidade de vários setores oposicionistas em Salvador

A união dos diversos setores da comunidade baiana na luta pela conquista das liberdades democráticas e melhores condições de vida para o povo brasileiro, é o princípio básico definido pelo Trabalho Conjunto de Salvador (TCS), entidade que reúne profissionais liberais, estudantes, religiosos, imprensa democrática, entidades de bairros, artistas, bandeirantes, movimentos pela anistia e o partido da oposição.

No último dia 27, sábado, mais de cem representantes desses setores estiveram reunidos para os detalhamentos finais da Carta de Princípios do Trabalho Conjunto de Salvador, que deverá ser lançada à população em julho próximo. "Nesta carta estão os princípios dessas lutas, esses princípios se comprovaram tão justos e amplos que nos comprometemos a tê-los, permanentemente, como base de nossas ações conjuntas", diz o documento.

Pontos Básicos

A Carta de Princípios do TCS contém os seguintes pontos básicos: lutamos pelo direito do povo brasileiro decidir livremente sobre seu destino e sobre os destinos do seu país; lutamos pelo direito de qualquer setor da população se organizar e se expressar, na defesa de seus direitos e interesses; lutamos pela conquista dos direitos e interesses fundamentais do povo. Assim lutamos por: melhoria de salários, pela baixa do custo de vida, por boas condições de trabalho, alimentação, saúde e assistência médica, educação, lazer, moradia e transporte; assim também, lutamos contra a falta de emprego, a expulsão dos camponeses de suas terras, a expulsão dos moradores das invasões nas cidades; em consequência disso lutamos contra a censura, as perseguições, prisões e torturas àqueles que defendem e lutam por esses direitos e interesses.

Em torno desses princípios,o TCS aponta como compromissos seus: buscar a ampla participação das pessoas que compõem cada setor representado – assim como de toda comunidade – nas decisões e ações conjuntas; buscar a participação de todos os setores, compreendendo as diferenças entre eles e preservando a autonomia de cada um; buscar e incentivar a adesão ao Trabalho Conjunto de qualquer setor da população que se proponha a assumir e defender os princípios contidos nesta Carta; incentivar e nos solidarizar com toda e qualquer iniciativa de setores democráticos do país, de unir suas forças na luta pelos direitos e interesses fundamentais do povo. A Carta de Princípios ressalta ainda que o TCS é uma forma de luta surgida das necessidades atuais do povo brasileiro.

A Carta de Princípios foi aprovada, no fundamental, por todos que participaram da reunião do dia 27, havendo apenas alguns questionamentos quanto à linguagem, já que alguns representantes de bairros consideraram que ela deveria estar mais acessível à população.

Como propostas de acréscimo, o Diretório Central dos Estudantes da UFBa apresentou uma explanação mais detalhada dos problemas vividos pela população, no início da Carta, onde se inclui a repressão, a dívida externa do país, a inflação entre outros. O DCE propôs ainda uma maior ênfase na luta pela liberdade dos setores se organizarem e de manifestação de pensamentos.

O MDB por sua vez, propôs que fosse inserido na Carta, como um dos seus princípios, a luta pela integridade física e cultural da cidade e do país e a preservação da paisagem e do patrimônio cultural "construído pelo nosso povo". Os grupos de luta pela anistia-Movimento Feminino Pela Anistia e Comitê Brasileiro pela Anistia – propuseram a integração da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

(Linalva Maria)

Rômulo manifesta-se contra a prisão de três emedebistas, dia 13/5, em Salvador, quando a polícia tentou impedir uma concentração do partido da oposição à qual compareceu Ulysses Guimarães.

LUCIANO ANDRADE

Nove dias de tensão na Volks

Uma guarda de segurança formada por 400 homens pressionou com violência e inventividade os cinco mil grevistas da Volkswagem para que voltassem ao trabalho, em São Bernardo, SP. Mas não conseguiu. Nesta reportagem, os ferramenteiros contam como foi.

O aniversário de 25 anos da maior indústria automobilística do país, a Volkswagen, ia ser comemorado com muita pompa na terça-feira passada, dia 30. Falava-se no comparecimento de nada menos que o Presidente da República, general Ernesto Geisel, e dois Ministros de Estado, Arnaldo Prieto e Belfort Bethlem, do Trabalho e do Exército.

Mas na última hora, a empresa optou por uma programação mais modesta. "O momento não é para festas. Eu seria mentiroso se não atribuísse isso também às greves dos operários", confessou à imprensa um dirigente da Volks. "Faltam clima e ambiente", concordou o outro.

No discurso que fez a um numeroso grupo de funcionários, que participaram, em São Bernardo do Campo, das solenidades do aniversário, o presidente da empresa, Wolfgang Sauer, não deu nenhuma resposta às reivindicações de aumento salarial de 20% que fizeram dez mil operários, em greve durante seis dias. E se desculpou:

"Eu sei que o momento que atravessamos não é dos mais fáceis. Nem para vocês, nem para nós. Mas acreditem-me, estamos trabalhando ativamente na busca de soluções. Soluções que sejam possíveis para a fábrica e boas para vocês. Soluções que garantam a permanência da Volkswagen no mercado de automóveis e que garantam igualmente todos os lugares de trabalho e o futuro dos seus filhos".

Este patético apelo para a conciliação entre o capital e o trabalho – obviamente beneficiando o primeiro fator – foi acrescentado de um prêmio de consolação para os quase 40 mil trabalhadores da Volks. Através do sorteio, a empresa distribuiu 50 carros (**fusca, brasília e passat**), 250 televisores a cor de 14 polegadas e seiscentos contos para cada empregado. E assim, a direção da firma esperava, estavam todos conversados.

Na ferramentaria, o início da greve.

Como em algumas outras empresas de produção de automóveis, na Volks as paralisações começaram na seção de ferramentaria, no dia 16, uma terça-feira, pelos empregados do turno que entra às 16h 45. Eram 1 1 00 que se recusavam a ligar as máquinas. Na explicação de um deles, o porquê daquele setor encabeçar o movimento:

"Tudo na fábrica depende da ferramentaria, porque sem ferramentas nenhuma outra seção pode trabalhar, não há produção, não se fabrica peças. Os ferramenteiros têm mais qualificação, e por isso não têm muido medo de perder o emprego, pois arrumam outro logo. Quem trabalha nos outros setores tem mais dificuldade em aderir, tem mais medo, e se perde o emprego custa para arrumar outro".

As ferramentarias das empresas metalúrgicas são os setores que produzem as peças com as quais são estampadas os componentes. Um pára-lama de automóvel, por exemplo, é feito prensando-se uma ferramenta à chapa de aço; assim, o trabalho do ferramenteiro consiste basicamente em produzir uma peça com base num desenho mecânico, a que vai ser utilizada em outras máquinas, em diferentes setores da fábrica, para cortar o aço, o ferro ou outros metais, na medida exata. Um operário conta como é na Volks:

"Existe uma central de ferramentaria, depois existem 18 alas de manutenção, que circundam a central. Em cada setor da produção existe um grupo de quatro alas de ferramentaria. O uniforme que a gente usa tem cores diferentes nas golas, para identificar o setor ao qual o trabalhador pertence. Para a segurança da fábrica saber se um funcionário da ferramentaria está conversando com outro de uma seção diferente é só olhar para os colarinhos".

Os ferramenteiros do turno seguinte, pela manhã, ao entrarem para o serviço aderem, e o mesmo aconteceu com os do setor de Fiação e Modelação. O número elevou-se para quatro mil, no total. Mas a diretoria da firma, temerosa de que o movimento se alastrasse por toda a fábrica, entrou em negociação rapidamente com representantes dos grevistas. A Diretoria de Relações Industriais convidou 60 ferramenteiros e os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo para uma espécie de mini-assembléia. As reivindicações foram expostas: reajuste salarial de 20% imediato; modificação na estrutura de promoções, para permitir ascensões mais rápidas; e adoção do salário móvel, isto é, reajuste trimestral. A empresa prometeu que os pedidos seriam estudados e prometeu solução até a 6ª feira, dia 19, às 14 h. A greve se desmobilizou, então.

Na lei ou na marra, continua.

No dia marcado para a resposta, os operários ficam a ver navios. Os que saem da fábrica por volta das 16h 45 sabem apenas que está acontecendo uma reunião com os representantes da diretoria, mas já prevêem qual será a posição da empresa, um dia depois do julgamento realizado no Tribunal Regional do Trabalho: "A greve foi considerada ilegal, eles usaram isto para pressionar a gente, teve muita pressão aqui. Não acredito que eles dêem os 20%".

Um dia normal na saída da Volkswagen

Outro entrevistado relata os mecanismos da Volks para esvaziar o movimento: "Os chefes passavam perto das máquinas e diziam que não vão pagar os dias que a gente ficar parados. Além disso, estão usando os prêmios prometidos para a comemoração dos 25 anos da fábrica para comprar o nosso recuo. Hoje já pagaram os seiscentos contos e anunciam o sorteio de 50 carros e 600 tvs."

Inconformados, os ferramenteiros ameaçam na saída do turno: "Se eles não derem os 20% a turma da noite não trabalha. Não interessa se a greve é ilegal ou não. A Volks comprou a Chrysler e não tem dinheiro para dar o salário que a gente merece?". E explica como fazem para burlar a segurança interna da empresa: "A gente usa o banheiro para se comunicar, porque nos outros lugares, mesmo no restaurante, não está dando, tem muita gente vigiando e escutando. Mas nos banheiros tem todos os jornais pregados, pra todo mundo ficar sabendo o que está acontecendo".

A Volks nega atendimento às reivindicações e na mesma noite a greve retorna, agora com fôlego maior. E com intimidações mais claras por parte da empresa. No Sindicato de São Bernardo, assustada, uma funcionária diz: "Cortaram todos os nossos canais de comunicação. Há até boato de que prenderam gente lá hoje. A repressão piorou e eles não vão aceitar a reivindicação, porque estão amparados pelo governo". A diretoria da indústria admite a existência de três mil grevistas no turno da noite. No sábado, a paralisação prossegue – dos 2.400 funcionários que entraram, apenas mil trabalharam, ou seja houve funcionamento de apenas 40% de sua capacidade de produção.

A repressão corre solta

Na segunda-feira, dia 22, os ferramenteiros do turno das 6h 45. vestiram os macacões, bateram o ponto, se dirigiram para suas seções, mas não ligaram as máquinas. Cruzaram os braços e conversavam. Às 9h, os guardas da segurança interna da fábrica cercaram as seções e diziam que "só podia ficar dentro da fábrica quem fosse trabalhar". A segurança trouxe ônibus da firma, encostou-os nas alas e levou os operários para o pátio externo, "para que não tivessem contato com outras seções".

Ao meio-dia, 700 trabalhadores dos 2 500 que pararam neste turno foram a pé para o Sindicato. Por volta das 13h, chegaram mais 100. O Sindicato deu então a orientação para que voltassem à fábrica, entrassem batendo o cartão, e lá dentro decidissem se paravam ou não. Às 18h 30m, nova reunião no sindicato com cerca de 700 grevistas, que haviam sido impedidos de entrar na fábrica e mesmo de bater o cartão. A orientação do sindicato foi a mesma. Num destes encontros, um dos presentes lembrou: "Se fôssemos conversar com alguns empresários, eles iam acabar tirando dinheiro do bolso da gente pra dar pra eles, pois fazem uma choradeira tão perfeita, que é capaz de convencer".

Na terça-feira, o impasse persistiu e a repressão comeu solta, na "cidade Volkswagen", como é conhecida a multinacional em São Bernardo. Mais uma vez, numa tentativa de pressionar os operários para ligarem as máquinas, a empresa exigiu que a primeira turma assinasse um termo de compromisso de que iriam trabalhar. A grande maioria dos ferramenteiros se recusaram a assinar e logo foram para o Sindicato, onde tiveram uma pequena reunião, de aproximadamente 500 pessoas. Às 11h o número se elevava para dois mil na Rua João Basso, sede da entidade. Apenas uns poucos ficaram trabalhando – os chefes, os feitores, e alguns funcionários com pouco tempo de casa.

Apenas uns poucos concordaram com os termos do compromisso exigido pela firma e ficaram trabalhando – os chefes, os feitores, e alguns funcionários com pouco tempo de casa. Eram acompanhados pelos guardas até suas máquinas e não podiam se afastar delas por nenhum momento. Mesmo quando iam ao banheiro, levavam a companhia armada da segurança, ou já encontravam os guardas lá dentro.

Os grevistas exigiam uma resposta da empresa favorável ao atendimento da concessão dos 20% de aumento. Em reunião com a diretoria do sindicato a empresa manteve seu ponto de vista: "não damos prazo para resposta e não negociamos sob pressão".

O ambiente neste dia esteve particularmente tenso, descreve um dos presentes à assembléia: "Os guardas da segurança, todos armados, brecaram nossa comunicação, impedindo que a gente passasse de um setor para outro. Pegavam um por um e diziam que quem não estava trabalhando ia ser despedido por justa causa. Pegavam uma turma de cinco, levavam até um pequeno grupo que não estava trabalhando e diziam que se esse segundo grupo não trabalhasse que aqueles cinco iam ser despedidos também por justa causa".

Outro empregado narra um episódio na entrada da fábrica: "Eles chegaram a recolher umas 15 carteiras de quem dizia que não ia trabalhar. Aí, o pessoal que estava de fora começou a vaiar, e então eles devolveram as carteiras, e voltaram atrás".

Uma "gestapo" interna

Nenhum visitante naquele dia foi recebido na Volks. O chefe de Relações Públicas atendia a imprensa na porta. "Se antes já era difícil entrar lá, agora é impossível", resumiu um jornalista. Pacientemente, um operário descreveu para EM TEMPO como é o sistema de segurança dentro da Volks:

"Há um verdadeiro batalhão, são uns 400 homens. Tem também a polícia feminina, mas são poucas. Um circuito fechado de TV controla todos os departamentos e as ruas. Tem sinal de trânsito e guarda de trânsito. Até os telefones são controlados. A segurança é dividida em duas: a comum e o serviço de orientação trabalhista. Então, ficam lutando entre si para saber qual é a mais rígida. O quartel fica debaixo da ala 13, é ali que o pessoal vai prestar depoimentos. O serviço de orientação trabalhista é só para isso – quando um operário comete qualquer falha, e essa falha pode ser até um pequeno atraso na chegada, qualquer coisa é motivo para recolherem o cartão dele e ele é chamado ao serviço de orientação. Mas é orientação só no nome, porque lá o operário não tem direito à defesa. Só vai lá pra ouvir a sentença. E, na maioria das vezes, quem vai é despedido por justa causa. Lá tem os **dias de banco**, às vezes o trabalhador fica até uma semana, dez dias, esperando o resultado dos depoimentos, esperando a sentença. Durante esses dias, a gente não fura cartão. Então, quando eles avisam que é para estar lá às 14 h, é demissão por justa causa na certa. A gente chama a polícia da Volks de Gestapo. Eles não podem nem ouvir, porque têm horror à palavra fascismo".

Um dos assalariados da empresa alemã, que participou da assembléia, afirmou que "alguns operários chegaram a ser presos nos escritórios para que não entrassem em contato com os colegas dos demais setores". "Mas conseguimos burlar a vigilância", prossegue, "com paralisações relâmpagos, que mesmo momentâneas, mantiveram acesa a disposição de não recuar. Alguns escreviam nas paredes dos locais de uso comum das várias seções, que estava havendo a paralisação de mais uma máquina, e assim por diante".

Na noite dessa terça-feira, dia 23, os operários que se dirigiram ao sindicato, depois de não conseguirem entrar na firma, informavam que na seção 1386/1 a diretoria ameaçou de escolher a esmo 28 trabalhadores e despedi-los "sem nenhum direito" caso os outros mantivessem a paralisação. Diretores acompanhados de guardas de segurança escolheram a dedo alguns, perguntavam porque não estavam trabalhando, e frente à exaltação deles, tomavam-lhes a carteira e os levavam até o setor de orientação trabalhista, onde foram mantidos até que os demais companheiros concordassem em voltar ao trabalho. Com a intervenção do sindicato no caso, conseguiu a readmissão dos 28 "reféns". Um dos que presenciou comenta: "Eles ficaram arrasados com a humilhação e a delicadeza da situação em que foram colocados; voltaram pra casa, enquanto nos outros crescia a indignação".

Enquanto o número oficial de grevistas admitido pela Volks era de 800, na verdade a cifra atingiu seis mil, segundo as informações correntes no Sindicato.

Diante da repressão aberta, os trabalhadores começavam a encontrar nas assembléias realizadas no sindicato um primeiro canal de organização mais ampla. E a Volks parece ter percebido o alcance da resistência – para ela, por certo inesperada –, tanto é que já na quarta-feira fez eco à capitulação da Empresa Ford, onde 9 500 operários sustentavam a mais prolongada greve deste período. A Ford anunciou que concederia aumentos de 10 a 15%. Mais tímida, a Volks assumiu o compromisso de "conceder um aumento que reflita o consenso das indústrias congêneres", segundo isso o assessor de imprensa Mauro Forjaz, sem contudo fixar índices. "Posso garantir que não daremos um aumento inferior aos que forem verificados, pois a Volks, como empresa líder, tem obrigação de dar aumentos mais significativos". Um comunicado foi afixado no quadro de avisos, demonstrando esta disposição.

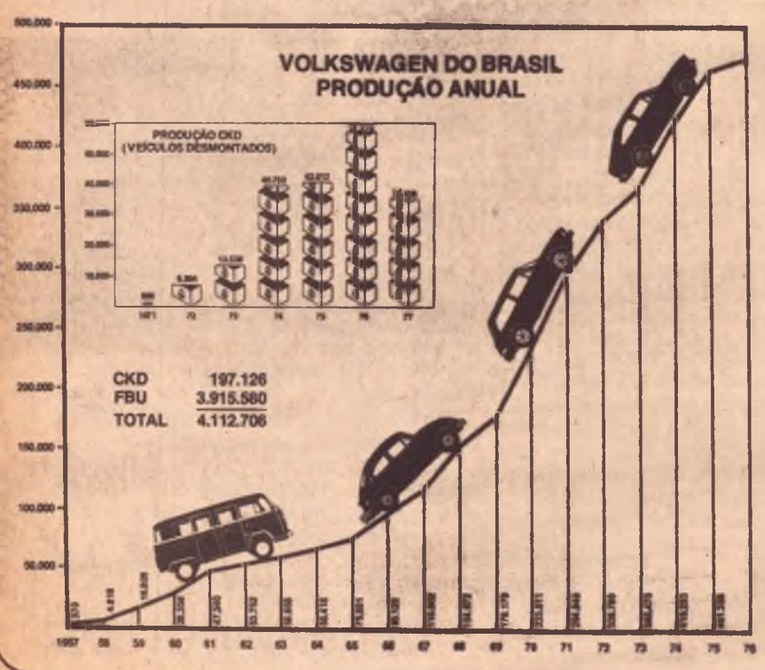
Com esse acordo preliminar, no dia 25, quinta-feira, os operários da Volks retornaram às suas máquinas, desta vez, para trabalhar. A greve parcial estava terminada. Uma semana depois, um aumento de 11% foi fixado numa comemoração entre o sindicato patronal e o da categoria dos metalúrgicos.

(Reportagem de Flavia Rezende, Maria Teresa Rios e Enio Brawns F°).

Salários × lucros

Diante da reivindicação dos operários, exigindo um aumento salarial de 20%, os diretores da Volkswagen do Brasil alegaram inicialmente que a empresa não pôde atendê-la, pois atravessa uma situação difícil e esse aumento eliminaria os lucros que esperam para 1978.

Essa lamentação, contudo, não resiste à prova dos números, que atestam o gigantismo da Volkswagen - que é uma das maiores empresas privadas do país - e seus ambiciosos planos de desenvolvimento.



Nos 8310m² de área construída das fábricas da Volkswagen brasileira trabalham 39 mil operários, que garantem uma produção diária de 2.100 veículos. Somente em 1977, a empresa produziu 472 mil unidades, e a produção acumulada entre 1957 e março de 1978 totalizou cerca de 4,2 milhões de veículos.

Tudo isso faz da empresa principal filial estrangeira da Volkswagen. Só perde para a matriz alemã, que emprega 136 mil operários e produziu 1,6 milhão de veículos em 1977.

Para uma empresa em dificuldades, como afirmam os diretores da Volks, era de se esperar uma contenção geral dos investimentos e não apenas o dos salários de seus operários. Não é o que está pintando. Os planos de expansão da empresa também são ambiciosos. Em meados de maio, a imprensa anunciou que a Volkswagen está comprando a fábrica Crysler, na perspectiva de aproveitar suas instalações e máquinas para entrar no mercado de caminhões. Os dirigentes de ambas as empresas negaram a existência destas negociações, mas foram desmentidos pelo Ministro do Planejamento, Reis Veloso, que confirmou-as e deu como certa a absorção da Chrysler pela Volks. Além disso, os planos da Volks, para os próximos seis anos, prevêem um investimento global de Cr$ 14,4 bilhões, destinados principalmente ao setor de caminhões leves. Conclusão: depois de dominar o mercado brasileiro de automóveis (em abril, as vendas da Volkswagen representavam 50% do total de veículos comercializados no país) a empresa entra jogando pesado na área de caminhões. Dinheiro para isso não falta.

Os próprios balanços da Volkswagem desmentem a preocupação de seus dirigentes quanto a influência negativa do aumento dos salários nos lucros. Ora, em 1977, a soma de todos os salários pagos pela Volks, acrescidos dos encargos sociais, representava 16,2% de suas despesas globais. Assim, um aumento salarial de 20% provocaria uma elevação de apenas 3,2% nessas despesas, ou menos ainda, se computados apenas os aumentos para o pessoal ligado diretamente à produção.

Aliás, em matéria de salários, a filial brasileira da Volks fica bem atrás da matriz. O salário médio pago aos funcionários não chega a Cr$ 8 mil. No Brasil, os trabalhadores menos especializados ganham cerca de seis vezes menos do que seus colegas alemães.

Outro indicador que a saúde dos lucros da Volks do Brasil anda bastante boa: nos quatro primeiros meses de 1978, as vendas da empresa no mercado interno aumentaram 49,5% em relação ao mesmo período do ano passado e as exportações cresceram 35,7%. **(O.F.).**

GRANDE IMPRENSA

Enquadrando a Greve

A leitura dos editoriais dos jornais da grande imprensa nas duas últimas semanas sobre a greve do ABC paulista causa certa perplexidade, pelo apoio que à primeira vista emprestaram ao movimento dos trabalhadores por aumento de salário. Estaria o empresariado – cujo ponto de vista organiza-se no plano da informação e da ideologia entre outros, através destes meios de informação – disposto a abrir mão dos vultosos lucros que são a marca do desenvolvimento mais recente do capitalismo no país?

"Os trabalhadores têm necessidades concretas", sentenciou por exemplo a **Folha de São Paulo.** "A greve traduz inquestionavelmente o despertar da consciência operária para o direito legítimo de assenhorar-se de seu próprio destino, sem subserviências humilhantes", acrescentou o **Diário do Comércio e Indústria.** "A situação foi provocada, sobretudo, pela rigidez da política salarial em vigor no país", reconheceu a **Gazeta Mercantil.** Estes são alguns exemplos, repetidos uniformemente nos outros órgãos.

Sem entrar nas motivações políticas que a conjuntura coloca por trás destes editoriais – isto é, porque os empresários resolveram ser tao bonzinhos e democratas depois de tantos anos de arrocho salarial – é interessante conhecer os disfarces que a técnica jornalística – decantada como neutra por todos os manuais acadêmicos – lança mão para contribuir na organização de um ponto de vista na verdade contrário à essência do movimento grevista.

Em primeiro lugar, as limitações da greve pela incipiência e debilidade do movimento operário brasileiro são louvadas num altar. Um editorial do **Jornal da Tarde,** intitulado sugestivamente de "O que há de positivo nesse movimento grevista" chama a atenção: "as paralisações não tiveram decididamente caráter político. Foram determinadas por reivindicações exclusivamente trabalhistas, relacionadas principalmente a salarios". Ou então o **Estadão:** "A ninguém passará despercebido que apenas um alto grau de consciência de missão poderia ter conduzido um movimento dessa natureza pela forma como se deu, sem a necessidade dos famosos piquetes da tradição sindical internacional, sem qualquer atentado à propriedade e à integridade física de terceiros e com um espontaneísmo que recusa terminantemente a colaboração, quase inevitável e sempre interessada em casos desta esfera de pessoas, classes ou organismos alheios à questão laboral em causa".

"Como eles são bem comportados"!

O aspecto mais badalado mesmo foi o caráter "ordeiro e pacífico" das greves, ou seja – a forma utilizada de simplesmente parar o trabalho, desligar a máquina e ficar por perto. Ao cortejar essa forma de luta, que a criatividade operária explorou, os editoriais assinalaram sua condenação quanto a outros tipos de mobilização que envolvem a ocupação de fábrica, a realização de assembléias, a conquista de seus próprios meios de comunicação e debate. para o que a história demonstra não haver outro caminho senão o emprego da força organizada ante a intransigência dos patrões.

Aliás, nem mesmo essa "passividade" foi tão absoluta assim, como demonstram pelo menos dois relatos colhidos por esse semanário: a represália aos fura-greves incluiu uma chuva de parafusos sobre os que tentaram voltar ao trabalho, e a derrubada de uma empilhadeira em funcionamento. A abordagem da grande imprensa revela uma tentativa da classe patronal, que, acuada ante a evidência de uma greve inevitável, parece querer dizer: "pode ser que o capitalismo consiga conviver com as reivindicações dos operários, desde que eles se comportem bem e não ameacem o poder..."

Entretanto, é no plano do noticiário que o disfarce é melhor empregado. Afinal, os editoriais são lidos apenas por uma camada restrita de leitores que exigem uma argumentação mais elaborada para se deixarem mistificar.

Quanto à cobertura diária, por que notificar uma greve dessas proporções nas páginas dedicadas ao noticiário econômico, às transas dos capitalistas, à bolsa de valores, mercados e negócios? Isso evidencia o conceito que as classes dominantes fazem dos trabalhadores, ao considerá-los apenas como um entre os vários fatores de produção, isto é, como mão de obra, ao lado da máquina, da tecnologia, do combustível, da construção civil. Para os jornais da grande imprensa, a greve do ABC não faz parte da **política** e portanto nao merece as páginas nobres do jornal, dedicadas normalmente aos atos do governo, aos discursos dos deputados e senadores no parlamento. Enquanto as fábricas iam parando e modificando a experiência de vida dos operários do ABC, e repercutindo em outros estados, a **política** era apenas a sucessão de Geisel para Figueiredo e a articulação da Frente Ampla Democrática de Euler Bentes e Magalhães Pinto.

Operários: uma performance estatística.

Por incrível que possa parecer, nem mesmo nas suas próprias mobilizações os trabalhadores foram os personagens centrais do noticiário. Passada a curiosidade com o movimento, já no segundo dia, a grande imprensa gravitava principalmente em torno do Secretário do Trabalho, do Delegado Regional do Trabalho, dos Ministros Simonsen e Prieto, sindicalistas mais conhecidos. A classe mesmo só comparece enquanto cifra numérica. Ao contrário das declarações oficiais das autoridades praticamente nada se veiculou sobre a dinâmica interna das greves, em algumas fábricas decididas dentro do banheiro, único espaço que restou para discussão. Sobre o que pensam e como vivenciam as paralisações, como reagem as suas famílias, enfim a história da greve contada da boca dos próprios operários foi negligenciada, mesmo dispondo os jornais de batalhões de repórteres e fotógrafos tão espertos que conseguiram, por exemplo, levantar em outras épocas escândalos como o das mordomias no governo.

Completa este quadro a minimização proposital que vários jornais imprimiram ao episódio através da manipulação da técnica do destaque destinado ao assunto. **Folha de São Paulo** e **Estadão** não deram o assunto se quer uma vez de manchete na primeira página, enquanto dois outros o fizeram várias vezes, como o **Jornal do Brasil** do Rio e o **Diário do Grande ABC,** este responsável por uma boa circulação local. Lá dentro, nas páginas de economia, o noticiário saía supercondensado, quase telegráfico, ainda mais se comparado à perfomance destes jornais na cobertura dos fatos que envolvem governantes, empresários e parlamentares.

Afora todas estas mistificações, um momento de rara consciência de classe (burguesa) assumida foi o do editorial do **Jornal do Brasil** do dia 17 que defendeu a greve fazendo fé no próprio taco: "O que está faltando na situação brasileira hoje é o destemor do capitalista. A desenvoltura dos que acreditam que o capitalismo brasileiro é suficientemente forte para absorver os impasses que ele próprio gera (...)Se a greve é inevitável, melhor que seja institucionalizada, com a participação de líderes autênticos de cada lado - e não movimentos anônimos, de difícil classificação que não se sabe onde começam, o que é pior, onde terminam.(...) Não há o que temer. Apesar do regime político em que vivemos, apesar de uma legislação sindical que é muito mais velha do que o capitalismo brasileiro, aqui nesta terra ainda se pode ganhar muito dinheiro, com sindicatos livres".

Flaminio Fantini

NIELS ANDREAS

SOBRE O ESPONTANEÍSMO

Que greve é essa?

As formas como as greves do ABC repercutiram junto a setores da burguesia apresentam um ponto comum bastante nítido: a afirmação de seu caráter espontâneo (entendido como não dirigida nem maculada por influências espúrias) e a compreensão de que, afinal, na grande festa da redemocratização a classe operária terá direito a uma fatia do bolo.

As declarações dos nossos capitalistas não são gratuitas; revelam, ainda que em germe, a possibilidade de absorção, pelo sistema, da mobilização operária para a tarefa da restruturação do capitalismo no país. Mas será que por causa disso, a greve espontânea do ABC em nada serviu aos objetivos históricos do proletariado na luta em direção ao socialismo? Será que toda luta econômica está fadada a fazer parte de um projeto de reconstrução burguesa?

A experiência das lutas acumuladas pelo proletariado em todo o mundo constituem um importante referencial para se entender um pouco as questões do espontaneismo e da organização política.

Primeiras formas de organização

A burguesia sempre buscou mascarar os antagonismos de classe; a "separação" da economia e da política é uma forma de se capitalizar as lutas econômicas, controlando o movimento para garantir que tais lutas não extrapolem os limites corporativos, isto é, concessões econômicas podem ser feitas, desde que o Estado não seja questionado. Isso somente foi possível, ao longo da história inicialmente, com a colaboração da burocracia sindical; e em seguida com o auxílio das direções de partidos reformistas.

A experiência histórica demonstrou que onde o movimento operário não conseguiu forjar uma direção política que unificasse suas lutas para o combate à burguesia organizada como força – o Estado Burguês – e no sentido de **quebrar** esse poder organizado e substituí-lo pelo Estado Proletário, seus esforços desembocaram na sofisticação da dominação de classe, situação típica do paraíso social-democrata.

Os sindicatos clássicos foram criações do proletariado no processo de conquista de aumento de salários e melhoria de condições de trabalho num período em que o capitalismo se utilizava predominantemente da exploração extensiva; a dinâmica do capital, por um lado e a ideologia corporativa por outro, contribuíram para a transformação dos sindicatos em aparelhos da burguesia no seio da classe operária. (1)

Em determinado momento, a luta pelo controle da produção, na sua forma de conselhos de fábricas, foi colocada como uma necessidade para o avanço do movimento, na medida em que tais conselhos constituíam a possibilidade concreta de evoluírem para as formas de democracia direta, no rumo da extinção do Estado. No entanto, tal possibilidade somente poderia ser garantida por uma direção revolucionária.

As tentativas de tomada do poder político que o proletariado empreendeu ao longo de sua história são uma comprovação da necessidade da unificação e direcionamento de seus combates esparsos para a superação do Estado Burguês.

Uma das causas fundamentais da derrota do primeiro enfrentamento direto entre o proletariado e a burguesia, a Comuna de Paris (1871), localizou-se, indubitavelmente, na falta de uma direção política precisa e determinada a levar até as últimas consequências a construção do **poder** proletário, que somente poderia expressar-se numa ditadura contra as velhas classes dominantes e ao mesmo tempo que se estruturasse em formas de democracia de massas, sob a hegemonia do proletariado industrial, única classe efetivamente revolucionária.

A vacilação em exercer unificada e implacavelmente a luta por tais objetivos, (que derrotava uma perspectiva pequeno burguesa de direção), possibilitou a violenta repressão dos exércitos da burguesia francesa, que culminaram na destruição da primeira tentativa de construção de um Estado Operário.

Na Rússia Czarista, temos formalmente uma sistematização da política espontaneista nos representantes do "marxismo legal", cujos eixos se traduziam em atrelar os **trabalhadores às reivindicações democráticas da burguesia contra a** autocracia. À vanguarda do movimento operário caberia priorizar as lutas econômicas, consideradas em si mesmas, tarefas revolucionárias, cabendo às classes dominantes "progressistas" travar a luta contra o Estado Autocrático.

Em 1905, o movimento de massas na Rússia cresce em espiral, com manifestações gigantescas, greves gerais, que culminaram no estabelecimento de embriões das formas de poder de um novo estado: os "soviets", órgãos de massa, expressões da democracia direta, cuja extensão na sociedade tenderia a criar uma situação de "duplo poder" (de um lado, o Estado Burguês, de outro, o poder das massas exploradas). Mas a superação, no sentido revolucionário, dessa situação de "duplo poder" dependeria fundamentalmente da direção político-ideológica e não do sistema dos "soviets" em si. O desenrolar do processo político em 1917 na Rússia e em 1918 na Alemanha acumularam valiosas experiências, que evidenciaram de uma maneira explícita, a necessidade de uma organização centralizada e unida ao movimento real.

Em Fevereiro de 1917, os trabalhadores se insurgiram e derrubaram a autocracia secular; entretanto, dominados que estavam por direções pequeno-burguesas (mencheviques e S. Rs.), sua ação desembocou na constituição do Governo Provisório Burguês. Somente após o Partido Bolchevique ter ganho as massas para as teses do socialismo é que estas insurgiram-se contra o domínio da burguesia, "arrastando" no bojo a grande massa de camponeses, cujas reivindicações nenhum outro agrupamento político ousou levantar.

Contrariamente na Alemanha, o desprezo pela organização levou ao massacre dos "espartaquistas", (dissidência à esquerda da Social Democracia) liderados por Rosa Luxembourg e Karl Liebcknecht, onde as massas trabalhadoras assistiram apáticas ao esfacelamento dos conselhos e ao assassinato dos líderes revolucionários.

Esvaziamento das Lutas

A crise de Maio de 1968 na França, bem como o desencadeamento da Revolução Cultural na China dois anos antes, constituíram enriquecimentos às teorias socialistas sobre a organização. Na França, a potencialidade da crise social esvaziou-se, devido principalmente à falta de uma direção política unificada, que "costurasse" os pontos que explodiam aqui e ali (que foram acompanhados por um revigoramnento do movimento de massas rompendo com uma "tradição" parlamentarista) e os descarregassem contra o Estado. Na China, assistimos a clarificação da luta de classes no próprio Partido Comunista, pelo questionamento das práticas burguesas: a burguesia é obrigada a revelar-se e o mito da infantilidade do Partido, próprio da doutrina stalinista, começa a desmoronar-se.

As greves do ABC foram "espontaneístas"?

Como se refletem essas questões gerais na conjuntura política de hoje no Brasil? Embora se possa afirmar que as greves do ABC tiveram um caráter espontâneo, essa constatação precisa ser avaliada em função da relação de forças dadas hoje no país.

Esta é a primeira grande manifestação clara de oposição dos trabalhadores no Brasil em 10 anos; anos de intensa repressão econômica, política e ideológica ao movimento operário. Nesse sentido, a greve sem dúvida representou um importante passo no acúmulo de forças dos trabalhadores em direção ao rompimento. de seu isolamento e dispersão no atual quadro político.

O "espontaneísmo" é na verdade uma **política** que tende a se manifestar em situações como essa e se expressa na manutenção das lutas da classe operária dentro do espaço das reivindicações econômicas, negando-se a **superar o estado atual da "consciência política, e de fazê-las avançar num sentido de compreensão de seus interesse históricos.**

E nos saldos que o movimento dá em cada manifestação concreta em direção à sua unificação **política** é que se pode avaliar o nível da superação do espontaneísmo.

Claudio Antonio

Há uma diferença conceitual entre espontaneidade e espontaneísmo. Nesse sentido, as greves do ABC podem revelar um alto grau de espontaneidade dos contingentes operários em luta, e podem (ou não) estar sendo capitalizadas por direções que se orientam no rumo do espontaneísmo.

A espontaneidade é própria das massas; o espontaneismo é próprio de determinadas direções políticas.

NIELS ANDREAS

(1) O que não significa negar a necessidade de desenvolver um trabalho político nos sindicatos, mesmo nos mais reacionários, mas de ter a compreensão de seu papel.

Um dia no cotidiano da

OPOSIÇÃO METALÚRGICA

NIELS ANDREAS

Notícias sobre a classe operária nos jornais da burguesia,quando saem, são em geral colocadas nas páginas de polícia. É mais ou menos assim que têm sido tratados os operários: – como caso de polícia.

Hoje, as greves e mobilizações operárias conseguiram, mesmo que a contra gosto, conquistar as capas dos grandes jornais. Os operários também foram tema de editorias dessa mesma imprensa. Era necessário alertar e previnir as classes dominantes do perigo: a classe operária, esse gigante adormecido,está acordando. Pode se unir. Pode querer mais coisas do que simplesmente migalhas a mais nos seus salários. A força poderosa que possui pode se organizar e querer tratar de **política:** isso, muito mais perigoso para manutenção da dominação e exploração capitalista.

Como manter nos operários a falsa crença de que somente as elites e seus políticos demagogos é que podem resolver os problemas dos trabalhadores? Como manter a estúpida idéia de que "o mundo da política" é coisa que foge à compreensão de simples operários?

Para a classe dominante, os operários, se possível, devem se manter assim mesmo como estão: – desorganizados, ou então, organizados mas sob controle: sem falar sobre política, socialismo, capitalismo, sindicatos, partidos políticos. Desorganizados ou então, organizados sob a direção de partidos e líderes burgueses.

Enquanto os operários mantiveram suas revoltas sufocadas no desespero individual, isolados um dos outros, tudo estará bem. Os burgueses dormirão tranquilos, pois os operários estarão unidos apenas na produção e somente para produzir. Para gerar riquezas que não desfrutarão.

Hoje as oposições sindicais como a **CHAPA / 3** – Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, composta por operários que estão rompendo essa apatia, sofrem mil e uma dificuldades para conseguirem falar com seus próprios companheiros nas fábricas.

Suas propostas e programa despertam atenção, mas a pequena oportunidade de contato que tiveram os operários com a Chapa, não conseguiu ainda desfazer a desconfiança com o eleitoralismo viciado, com o sindicalismo pelego que predomina na maioria das diretorias sindicais do país.

Discutindo nos banheiros, nas seções, no refeitório, no sindicato, os operários tomam a decisão: a greve deve ser feita dentro da fábrica.

Saudamos e apoiamos os companheiros do ABCD, que de forma organizada e firme, estão levando na prática a luta por melhores salários, pelo Direito de Greve, pela Liberdade Sindical .

(Trechos do boletim da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo - Chapa 3 - 26 de Maio de 1978)

"A DIRETORIA DO SINDICATO NADA FEZ ATÉ AGORA A NÃO SER SIMPLESMENTE MANDAR UMA CARTA ÀS EMPRESAS"

A campanha eleitoral da **Chapa 3** da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo é feita nas portas das fábricas porque lá dentro não dá. Não pode: a não ser quando uma situação favorável (como a ausência de guardas de segurança) permite a ousadia de furar o bloqueio, chegar às máquinas e aos companheiros. Distribuir lá a carta-programa e discutir diretamente com eles nos locais de trabalho, problemas e propostas. Se der, convidar para uma reunião com a oposição, para conversas mais aprofundadas, para engrossar a campanha da chapa.

Diferentes são as condições da campanha da **Chapa 1,** apoiada pela atual diretoria do Sindicato cujo presidente, Joaquim Santos Andrade, no cargo desde 1965, pretende se reeleger.

Os diretores atuais do sindicato não só podem como entram nas fábricas sob o olhar simpático dos chefes e patrões e realizam lá a propaganda da Chapa 1. É por aí que começam as diferenças.

Uma profunda diferença. Os discursos e declarações da atual diretoria, falam em anistia ampla e irrestrita, no fim das leis de greve, no fim da ditadura militar e, no entanto, ela se utiliza e se protege nas mesmas leis da ditadura que diz ser contra. Leis que impedem as oposições de frequentarem durante a campanha eleitoral os locais de trabalho. Leis absolutamente antidemocráticas como por exemplo impedir que na mesa apuradora de votos, as oposições tenham indicados seus próprios mesários. Não! Eles serão todos indicados pela diretoria atual do sindicato o que dará sem sombra de dúvida grandes oportunidades para manobras e desvio de votos. Os operários da Chapa 3 temem que no transporte das fábricas para a apuração no sindicato haja a troca de votos nas urnas.

"AS GREVES NO ABCD NOS MOSTRAM QUE NÃO É ATRAVÉS DE CARTAS QUE VAMOS CONSEGUIR AUMENTOS. SOMENTE ORGANIZADOS NAS FÁBRICAS E DISPOSTOS A LUTAR É QUE CONQUISTAREMOS OS 21% EM MAIO"

A oposição sindical está por aí: dentro e nas portas das fábricas e é claro dentro do próprio sindicato, atuando nas assembléias, influenciando nas decisões, pressionando a diretoria. Está também na rua. Quando chegam nas portas das fabricas, procuram um lugar junto ao portão de entrada e saída da firma, estendem suas faixas, arrumam o pacote de jornais de propaganda, esperam o início e o fim dos turnos, os horários de almoço.

A Sofunge - indústria metalúrgica com 5.000 operários de Vila Anastácio em São Paulo - na última terça-feira era a escalada no calendário de visitas da campanha. A Chapa 3 sabe que se não fizer muito no pouco tempo que tem,suas chances na campanha diminuem. As eleições estão marcadas para 26 a 30 de junho. Terá também que conquistar o apoio de muitos operários que se disponham a ser fiscais nas eleições pois, é permitido 180 e, até agora, ela não atingiu esse número, além do que, todos os fiscais devem estar em dia com o sindicato.

Na Sofunge chegamos às dez e meia e lá estavam a partir da entrada do primeiro turno (6 hs) dois integrantes da Chapa 3. Na saída do turno das onze horas os operários recebiam o jornal e ao notarem as faixas presas nos postes em frente à fábrica, estranhavam: PELO DIREITO DE GREVE! FIM DO ARROCHO SALARIAL! LIBERDADE SINDICAL! olhavam de novo desconfiados e continuavam a andar. Abaixavam a cabeça e voltavam, tornavam a levantar, a olhar com o canto dos olhos e finalmente deixar escapar um sorriso indicando que o recado dado nas faixas, estava aprovado.

– Nossa! (um comentou) isso parece que é coisa séria mesmo.

Os operários saem da fábrica recebem o jornal, atravessam a rua e entram no restaurante em frente à propria firma. Aos poucos vão saindo e por volta de onze e meia já são aproximadamente uns 300. Parte deles senta pelas calçadas encostados nos muros, "descansando o almoço". Vários se aproximam. A timidez recíproca entre representantes da chapa e os operários, aos poucos é rompida. Um dos integrantes da chapa discursa em voz alta no centro de uma roda de operários que em volta se formou. Explica os objetivos da campanha: retomar o papel de um sindicato combativo que lute contra o arrocho salarial, dê direção aos operários durante suas lutas, conquiste na prática a liberdade de fazer greve. Além disso, denuncia pressões, faz críticas ao imobilismo da atual diretoria: "que tem discursos muito bonitos, mas na hora H não faz nada".

Faz perguntas e responde às que recebe. O ambiente aos poucos se anima. Os operários comentam as greves do ABC e reclamam dos salários.

"POR ISSO É HORA DE AGIRMOS PARA QUE O AUMENTO SEJA DE 21% SEM DESCONTO"

Aparentemente desligados e desinteressados,os operários menos motivados acabam por levantar sempre os mesmos problemas e a reclamação é generalizada: falta de unidade, de solidariedade, desconfiança em relação as propostas de luta. Reclamam da falta de união pois não acreditam, nunca viram a classe toda unida em torno de uma luta ou reivindicação. O que não lhes falta é o sentimento da necessidade de união, falta-lhes quem promova essa união. A greve do ABC em vários depoimentos é vista como algo longe, a distância: "a solução é a greve mas na Sofunge isso não é possível porque todo mundo só pensa em si", fala um operário se referindo aos outros e sem saber que outros pensam dele a mesma coisa.

"La no ABC os operários já são mais unidos e esclarecidos" continua ele se referindo aos colegas do ABC como se fossem de uma outra realidade, uma outra história.

O integrante da oposição sindical responde dizendo que o fato de na região do ABC a campanha pela reposição salarial ter sido intensa e com formas de luta mais avançadas, que buscaram mobilizar a categoria toda, que negaram os dissídios coletivos, apontando para as negociações diretas entre patrões e operários, criaram um ambiente propício ao surgimento das greves atuais. Durante a campanha pelo dissídio, muitos grupos de operários nos sindicatos e nas fábricas de São Bernardo e Diadema se formaram. Em São Paulo, afirma, foi diferente, "O Sindicato daqui propôs e foi aprovada aquela inutilidade de ação contra a União, uma negociação legalista junto ao governo que não levou a nada".

Um sentimento generalizado de abandono pôde ser percebido em várias falas espontâneas de operários nas conversas com membros da oposição sindical: a ausência de lutas mais gerais travadas em conjunto pela categoria; a direção absolutamente desmobilizadora dada pela diretoria do sindicato; a ausência de comissões internas nas fábricas; tudo isso faz com que os membros da oposição presentes reforçassem a necessidade de participação no sindicato, em suas assembléias, na organização de comissões de fábrica por setor, para discussões de problemas localizados e gerais, da importância de iniciativas próprias.

"PROCURAR DISCUTIR COM OS COMPANHEIROS NOS ORGANIZARMOS EM COMISSÕES DE FÁBRICA E A PARTIR DAÍ VER AS FORMAS DE LUTAS QUE DEVEM SER APLICADAS"

Depois da eleição, muitos ou a maioria da chapa - caso perca, podem ser despedidos. E os operários paulistas estão sabendo disso? Não! Porque inclusive para muitos a eleição sindical é uma coisa que ainda conhecem pouco: um operário assim se expressa: "O pessoal aqui esta todo mundo com a Chapa 3". Mas são sindicalizados? pergunta-lhe o integrante da Chapa de Oposição. Esse mesmo operário fica em duvida, olha dos lados e inibido responde: "É ... acho que não". A resposta e suficiente prá que o representante da oposição retome o discurso defendendo a necessidade de reconquistar a combatividade do sindicato, enfraquecida pelas direções pelegas comprometidas com os interesses, não dos operários, mas sim dos patrões.

(Sérgio Squilanti)

Sala no gabinete de Figueiredo

O Presidente da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, o físico Oscar Sala, visitou na última terca-feira o General João Baptista Figueiredo. Apoio ao militar? Ou um acertar de ponteiros para a próxima reunião do SBPC em julho? Para o Jornal do Brasil, Sala prometeu a colaboração dos cientistas com o candidato de Geisel. Para Oscar Sala, o encontro não teve um caráter político... "mas o general foi compreensivo".

A comunidade científica brasileira já decidiu que apoiará com sua colaboração um dos candidatos militares à presidência da república. E mais: optou por Figueiredo, dispondo-se a ajudá-lo com seu trabalho. Certamente muitos cientistas e pesquisadores ficariam indignados com essa afirmação. A fonte, porém, é de aparente autoridade. Oscar Sala, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e Aristides Leão, da Academia Brasileira de Ciências, encontraram-se 3ª feira com o general Figueiredo. E manifestaram claramente "a disposição da comunidade científica brasileira de colaborar com seu Governo nos assuntos pertinentes à ciência e à pesquisa científica".

A autoridade de Sala e Leão para falarem em nome da chamada comunidade científica, no entanto, ao que tudo indica é mesmo aparente. Ao que se sabe, o fato noticiado em primeira página pelo Jornal do Brasil não foi antecedido de ampla consulta aos associados da SBPC, o que inevitavelmente geraria polêmica.

É verdade que Oscar Sala não manteve na íntegra o que saiu no JB. Ao EM TEMPO, explicou que "A solidariedade da SBPC à candidatura Figueiredo é inviável, porque a Sociedade não é uma entidade política."

O remendo, porém, só expõe mais a ferida. Quer dizer que a SBPC é totalmente apolítica? E se fosse política, então, caberia o apoio a Figueiredo? A um mês apenas da 30ª Reunião Anual da Sociedade, Sala parece preocupado em garantir a "tranquilidade" do encontro e assegurar a sua realização, à sombra do Estado. Ele tem certeza de que agora a reunião sairá mais facilmente do que no ano passado: "as perspectivas, agora, são bem otimistas", disse ao JB. "A receptividade e a compreensão profunda do General Figueiredo para com a ciência e a situação dos cientistas no Brasil foi excelente", falou ao ET.

Bem diferente foi a visão do presidente da entidade no ano passado. A reunião, marcada inicialmente para Fortaleza, foi cancelada por corte das verbas cedidas pelo governo durante 28 anos consecutivos. O cancelamento partiu do próprio Sala, que no fundo talvez não estivesse pensando de modo tão diferente assim.

Tanto que, só depois de receber milhares de cartas de associados reivindicando a realização do encontro, e da realização de reunião de protesto de 500 associados e estudantes na USP, decidiu manter a reunião, que finalmente foi realizada em São Paulo.

Por que o medo do governo? Por que a rápida desistência de Sala no momento do boicote governamental?

A primeira mobilização de massa de caráter nacional daqueles últimos 9 anos ainda estava fresca na memória. A greve nacional estudantil pela libertação de operários e estudantes presos no 1º de maio no ABC, em São Paulo, havia produzido não só a suspensão das torturas aos presos, como acabou interferindo na própria libertação e absolvição total dos acusados. Pela primeira vez, em 9 anos, o regime sofria tal tipo de pressão, com esses resultados.

Parecia evidente o temor do Governo de expor-se a um debate mais aprofundado sobre ele próprio, tema privilegiado na agenda da SBPC, sob diferentes pontos de vista.

Caberia aqui o desgastado clichê de que todos os regimes autoritários são obscurantistas? Se couber, cabe apenas de maneira muito insuficiente. Porque na verdade, o governo não estava se voltando contra a Ciência em geral. "Façam ciência – mas façam como eu quero", pareciam dizer as autoridades governamentais que declararam em "off" à Veja, que "poderiam ser feitas reuniões regionais" ou então "reuniões separadas por áreas de atividade científica". Por baixo dessas propostas, uma só preocupação: o medo da discussão, da interação entre diversos ramos da ciência, de uma reunião nacional de intelectuais para debater problemas ligados, direta e indiretamente, ao poder.

Mas o que está em questão, do ponto de vista dos cientistas, não é a liberdade da ciência? Não é a ciência em geral, pura, contra a qual se voltam o desprezo e a ira do autoritarismo? Ao que tudo indica, nem os próprios cientistas-sócios da SBPC estão de acordo quanto a isso.

"O cientista não pode abrir mão da liberdade de discutir os resultados de seu trabalho e suas opiniões científicas", disse Angelo Machado, professor de Biologia e secretário da SBPC em Minas Gerais, na época da reunião do ano passado. "As últimas reuniões da SBPC, principalmente a de Brasília, em 1976, foram bastante desvirtuadas pela participação de leigos e curiosos, carregados de pontos de vista emocionais e ideológicos", disse na mesma época a professora Cecília Maria Westphalen, diretora do setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná e sócia da SBPC. "É lamentável que temas políticos como anistia e política indigenista, por exemplo, venham roubando a importância do material científico de primeira ordem normalmente apresentado em suas reuniões", disse uma "alta fonte do governo", de opinião muito próxima à da professora do Paraná, à revista Veja.

Na verdade, parece que existem, grosso modo, pelo menos duas posições. Uma, defende a ciência pela ciência, sem ver que sempre ela serve a interesses de classes. "O desenvolvimento científico necessita de meios materiais. Ao govêrno cabe supri-los, se acredita que a ciência é importante e se tem a convicção de que o dinheiro do povo deve também ser empregado para que traga benefícios à humanidade, "dizia Oscar Sala no ano passado, situando a ciência como algo dirigido naturalmente para o "bem da humanidade" e do mesmo tempo aceitando a tutela do governo sobre esse campo de atividade.

A outra posição, refletida nas numerosas teses e debates apresentados nas reuniões anuais versando sobre temas políticos e sociais, parece ver a ciência como um questionamento sem fronteiras. Resta um problema, comum às duas posições, que não é o de se estudar a "melhor" forma de relacionamento com o poder burguês, mas sim o de conquistar espaços concretos para a ampla discussão e encaminhamento de problemas, como na mobilização dos sócios da SBPC no ano passado. E, ao mesmo tempo, descortinar outra situação de poder em que a ciência seja colocada a serviço da grande maioria da população para quem a ciência hoje é principalmente, instrumento de aperfeiçoamento da exploração.

Problema que sem dúvida não se resolve com visitas a candidatos do regime, civis ou militares, "democratas" ou autoritários, por "compreensivos" que sejam.

(NILSON ABRÃO)

O sonho de Mané Garrincha

Nesta seleção não há lugar para fantasia e criatividade. A "eficácia técnica" do treinador Coutinho transformou o jogador num robô do esporte. O estilo foi condicionado por um esquema rígido, nada foi deixado ao acaso e à improvisação. Os mínimos movimentos, no campo e fora dele, são coordenados racionalmente. Em síntese, esse novo jogador – instrumento técnico polivalente – é submetido ao cálculo, à rentabilidade pura e simples: uma máquina a serviço do treinador-patrão.

Mané Garrincha, duas vezes campeão do mundo – o mais livre e criativo de todos os jogadores – não gosta dos métodos do Capitão Cláudio Coutinho. Nesta entrevista, ele mostra que a técnica importada, o esquema tático rígido, mas principalmente a forma repressiva das concentrações estão acabando com o talento individual dos jogadores. E afirma: "Se quisessem fazer isso comigo eu entregava os pontos, não jogava". (Adauto Novaes)

– Nosso futebol mudou muito. Hoje o jogador está mais preocupado em soltar a bola – futebol moderno como eles dizem. Antigamente o futebol era bonito porque a gente tinha facilidade de driblar um, dois, três. A gente jogava em conjunto, é claro, mas cada um tinha o seu estilo. Hoje o treinador exige que o jogador seja o mais rápido possível, menos tempo com a bola nos pes. Coisa feia para quem já viu o futebol brasileiro de antigamente. A gente pegava a bola, fazia uma jogada, gingava o corpo o adversário passava, você voltava; tudo isso acabou. Hoje todo o mundo corre, é uma correria danada. Se eu fosse treinador, faria o contrário: obrigaria a outra seleção a jogar à nossa maneira. A Alemanha está correndo? Não interessa que eles corram. Podem correr o tempo que quiser. Eu tenho meu esquema. O adversário tem que entrar nele. Na minha época não tinha esse problema.

– Os técnicos de sua época diziam o que você deveria fazer?

– Não. Falavam pouco. Armavam esquema, é verdade, mas havia jogadores com quem não conversavam. A experiência do jogador é o bastante quando você joga.... Comecei com 19 anos, fui para a seleção com 24. Já tinha bastante experiência. Meu estilo era um, o de Didi era outro, o de Pelé ainda outro. Como é que você vai dar instrução a Pelé. Não dá. Você tem que deixar jogar. Eu, por exemplo, tinha facilidade de ir da ponta para a linha de fundo, e a única coisa que podia fazer era dizer a Pelé e Vavá: quando eu pegar a bola, um entra na frente e outro atrás. Então eu chegava à linha de fundo: se o chute pegasse mal, a bola ia pro Pelé, se pegasse bem ia pro Vavá. Foi treinador que me ensinou isso? Não foi.

– E se o técnico quisesse te enquadrar numa posição que não fosse a tua?

– Eu entregava os pontos. Preferia não jogar. Lateral é lateral, beque central é beque central, não adianta você querer inventar. Se me botassem para jogar de lateral direita para marcar, não era comigo.

– Mas hoje existe muita disciplina, estilo caserna, e o jogador que reclama é punido.

– A concentração não mudou nada. Na minha época havia punição de jogadores. Tinha regulamento, fazer a barba, cortar o cabelo... Mas havia também a verdadeira molecagem, a brincadeira. O ambiente era bom. A gente brincava. Então, no tempo do Brandão, a gente tinha a mania de mexer com ele, chamava ele de Caçamba e ele ficava louco da vida e andava com uma vara na mão. Então, quando ele pegava a gente, metia a vara mesmo. Era engraçado. Foi indo, foi indo, ficou um troço bacana. Ele edava liberdade prá gente. Chegava no campo, todo o mundo corria.

-Se Coutinho quisesse ouvir minha opinião, primeiro ia dizer prá convocar Paulo César e Marinho, não deixar os grandes craques de fora. Segundo, dizer que jogador de futebol gosta muito de carinho, não gosta de ser castigado. Jogador é como criança, você tem que dar carinho. Sem aquele negócio de que eu sou Coutinho, ele é Rivelino, e fica um de lá e outro de cá . Nada disso. Sem aquela prisão de você não poder falar, só falar na hora certa, Comissão não sei de quê. Isso é importante na seleção. Treinador não pode ser muito carrasco não, sabe.

– Garrincha, na sua opinião, quais são os melhores jogadores da Seleção Brasileira?

-Gosto de Reinaldo, Rivelino e Zico. São jogadores que a gente não esquece, pela maneira de jogar.

– Você gostaria de jogar ao lado deles?

Eles não gostariam de jogar ao meu lado? É claro, eles jogando no estilo deles e eu no meu, bem lá na ponta, aberto, não embolando muito, porque se eu fosse pro meio de campo não saia nada, O Rivelino hoje, por exemplo, está preso.

ANTONIO C. MURICY

Copa dos milhões

O circo está armado, em plena atividade. E está montado na Argentina, apesar de tudo. Apesar de todos os comitês de boicote à Copa, apesar de todo o exército nas ruas, cercando os estádios, o espetáculo com todas as suas ofuscantes luzes acesas, está em andamento.

A Argentina continua a mesma: são mais de 10 mil pessoas desaparecidas, sequestradas e assassinadas. A Ditadura Militar argentina continua a mesma: preocupada em manter no escuro a situação de intensa repressão e exploração, agravada por uma profunda crise econômica, prendeu, na última semana, dois jornalistas franceses, sob a alegação de que eles possuiam "material subversivo, comprometedor, capaz de prejudicar a imagem do país no exterior". Além disso o General Albano Harguindenguy, Ministro do Interior, ameaçou todos os jornalistas que estão cobrindo a Copa de represálias a toda "cumplicidade voluntária ou involuntária com a subversão"

E o Brasil está no espetáculo, com destaque. A seleção entra em campo depois de treinar mais de tres meses no maior luxo possível. Só no treinamento de chutes a gol e cobranças de faltas foram gastos mais de 150 mil cruzeiros, para comprar uma barreira móvel e um painel eletrônico com as mesmas dimensões de um gol e que quando tocado pela bola em determinado ponto acende psicodélicas luzes. Os jogadores têm uma diária de cerca de 1.500 cruzeiros, comida roupas e hospedagem por contas da CBD e ainda todos os seus interurbanos de graça. Além disso receberão 500 mil cruzeiros se ganharem a copa. O centroavante Nunes, muito estranhamente já refeito da contusão que motivou seu corte, é que deve estar se amargurando pela perda da oportunidade de aproveitar essas regalias para "defender o Brasil".

Mas não são só os jogadores que lucram com a Copa: a delegação oficial é formada por 40 pessoas e a CBD convidou ainda cerca de 30 pessoas, para "assessorar" a seleção brasileira, logicamente com todas as despesas pagas. No total, por volta de 50 milhões de cruzeiros devem ser gastos com a participação brasileira no Mundial.

Sem dúvida, quem mais sai ganhando com a Copa é a FIFA, cujo presidente, o brasileiro João Havelange, foi reeleito na semana passada por mais quatro anos. A FIFA deverá ter, só na competição desse ano, uma renda em dólares equivalente a 600 milhões de cruzeiros. Havelange até hoje não explicou o déficit de 13 milhões de cruzeiros com que deixou a CBD, em 1974.

Todo o aparato comercial e publicitário, que de quatro em quatro anos é montado em torno da Copa, aparece na sua versão 78 com características especiais. Prefere-se apelar para a Copa como uma grande festa, como uma confraternização ingênua. A Copa ficou, para as empresas de propaganda, muito parecida, de repente, com as Olimpíadas, onde elas sempre afirmaram que "o importante é competir". Isso porque, apesar de todos os milhões, ninguém "põe a mão no fogo" pela seleção brasileira.

As emissoras de rádio e televisão criaram as suas próprias seleções de comentaristas e repórteres e, ao invés de fazer propaganda do time brasileiro, vão fazer propaganda delas mesmas. Até a CBD ao criar o enigmático CIMIN-Centro de Imprensa e Informação, que serviu para levar à Argentina mais nove convidados, teve que recorrer à Embratur e à Interbrás para patrociná-lo. É muito mais seguro para as empresas publicitárias apostarem no grande circo da Copa que na seleção brasileira. Mesmo com 50 milhões de cruzeiros e 50 "assessores". **(S.A.)**

PERU – I

Bermudez num beco sem saida

Para a cobertura da Assembléia Constituinte prevista para o dia 18 deste mês, no Peru, EM TEMPO ouviu, com exclusividade, o jornalista e sociólogo **Manuel Manrique**, de passagem, em maio, pelo Brasil. Manrique foi do comitê editorial da revista **Marka** e apóia as posições políticas do Partido Socialista Revolucionário. Nesta edição, o quadro geral do sindicalismo peruano, passando pelas greves gerais de julho de 1977 e pelos últimos movimentos de protestos que voltaram a paralisar o país no final do mês passado.

Cristina Pfau, Carlos Eduardo e Carlos Tiburcio

Trabalhadores reagem em todo o país

Durante os dias 22 e 23 de maio deste ano o Peru voltou a parar.

Na Grande Lima, entre 90 e 95 por cento dos trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços aderiu à greve. Nos bairros periféricos, operários bloquearam as avenidas de acesso ao centro. Piquetes de grevistas paralisaram o aeroporto internacional. Incêndios e barricadas em zonas industriais e na Avenida Argentina. Saques no distrito operário de Condevilla.

Lima, por volta das 20 horas, coberta pela cerração, estava deserta. Viam-se apenas os tanques, ou **Tanquetas,** como são chamados pelos limenhos. Os gases lacrimogêneos já tinham se dispersado. Os feridos estavam hospitalizados, ou em suas casas. Os mortos, sendo chorados. A repressão utilizou metralhadoras. A sede da Confederação Geral dos Trabalhadores Peruanos (CGTP), na Praça 2 de maio, estava ocupada por policiais fortemente armadas.

Essa situação repetia-se, no mínimo, em outras 25 cidades: Callao, Arequipa, La Libertad, Piura, Ica, Cuzco, Madre de Deus, Huanuco e tantas outras.

Esse o resultado do pacote de medidas econômicas baixado por Bermudez uma semana antes da greve geral. Além da volta do estado de emergência, do toque de recolher, das deportações, que tornaram a atingir quadros políticos, principalmente do Partido Socialista Revolucionário, dirigido pelo ex-general Leonidas Rodriguez Figueroa, um dos militares de esquema expurgados das Forças Armadas logo após a queda de Velasco Alvarado.

Depois da greve o regime chegou a uma situação de quase esgotamento. Os militares procuraram os líderes dos partidos políticos, propondo um claro **arreglo.** Talvez um novo Ministério, desta vez indicado não pela cúpula militar de Bermudez, mas em comum acordo com as forças partidárias.

Nesse quadro, a Constituinte do dia 18 está marcada, mas não garantida. Entre os 13 partidos que conseguiram se inscrever – sete de direita e seis de esquerda –, a maioria das cadeiras, se houver eleição, poderá ir para a direita. Pelo menos, na previsão de Manuel Manrique, feita para EM TEMPO antes da greve geral. Um professor peruano, que vive no Brasil, e conseguiu obter as informações sobre os dias de paralisação geral no seu país, é de opinião contrária: "a direita já não tem alternativa; se houver eleição a esquerda vence e inaugura um novo processos na libertação do Peru".

Greve Geral. Um Estopim.

No dia 1º de julho de 1977 o Peru parou.

O movimento sindical peruano conseguira chegar à unidade e realizar uma greve geral por 24 horas. O Comitê Unitário de Luta – CUL –, formado pelas principais centrais sindicais do país, apresentou reivindicações econômicas e políticas. O governo do general Morales Bermudez, que substituiu o do general Velasco Alvarado, encontrara uma barreira em sua trajetória de revisão do reformismo implantando pela chamada revolução peruana de 1968. As principais palavras de ordem dos grevistas: melhores salários; contra as deportações; pela anistia aos presos políticos; e, basicamente, contra o endurecimento do sistema econômico.

O governo Bermudez reagiu com repressão em massa. Cinco mil trabalhadores despedidos, principalmente lideranças sindicais. Prisões, espancamentos. O desgaste do regime aumentou. Os militares demonstraram divisões profundas. As classes dominantes canalizaram suas pressões, no sentido de encontrar soluções "mais estáveis" para o sistema político peruano. Poucos dias depois da greve, praticamente sem nunca ter sido uma bandeira das oposições, o governo Bermudez anunciou a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte. Em outubro, já basicamente "neutralizados os protestos populares", os militares decretaram as condições de participação na Assembléia Constituinte – exigência de 40 mil assinaturas para cada partido político poder se inscrever e uma lista de cem candidatos para as cem cadeiras da Assembléia. Antes marcada para 4 de junho deste ano, a eleição acabou adiáda para o dia 18 do mesmo mês.

A greve nacional de 1º de julho de ano passado foi, assim, o estopim das mudanças conjunturais que passaram a se desenvolver no Peru. Ela foi antecedida por muitas paralisações parciais: ocorreram mais de 350 greves em 1974; em 1975, mais de 60 ; no ano seguinte, o governo Bermudez foi obrigado a suspender as garantias individuais e decretar o toque de recolher, logo após o anúncio de "novas medidas econômicas de emergência" (aumentos de preços, principalmente), logo seguidas de manifestações de protesto, greves, mortes.

A greve nacional de julho, contudo, definhou por falta de maiores perspectivas. Na medida em que ela era fruto da primeira unidade conquistada pelas centrais sindicais a nível nacional, não se tinha experiência acumulada de ações conjuntas. E não havia nenhuma previsão de como dar continuidade ao movimento. Greves parciais? Negociar com o governo? Não se sabia. A repressão violenta foi outro fator que contribuiu decisivamente para enfraquecer o movimento. As divergências reapareceram, de imediato, com mais força. O salto, porém já tinha sido dado.

As raízes econômicas

Na base da explosão popular manifestada pela greve geral de 22 e 23 de maio está o profundo descontentamento em relação às medidas de arrocho impostas pelo governo peruano – e, por trás dessas medidas, estão as pressões do Fundo Monetário Internacional sobre um país às bordas da falência. Na verdade, em poucos lugares a administração militar se revelou tão desastrosa: em 1977, a divida externa foi superior a 4 bilhões de dólares, o que equivalia a 32% do Produto Interno Bruto peruano; enquanto o serviço anual da dívida equivalia a 40% das exportações do país. Para 1978, as estimativas são de uma dívida de 7,5 bilhões de dólares, cujo serviço está previsto para corresponder a 50% das exportações. Diante desse quadro, não é de estranhar que Bermudez e sua base militar procurassem comprometer o conjunto das classes dominantes do Peru com o ônus desse descalabro administrativo. A tentativa passou pela convocação de uma Constituinte.

Conjunturalmente, o caos peruano agravou-se em abril, quando um consórcio de bancos norte-americanos negou um empréstimo de 260 milhões de dólares, deixando o governo diante da alternativa de decretar moratória ou, simplesmente, cessar o pagamento dos juros de sua dívida externa. A solução do presidente Morales Bermudez foi buscar, em todos os cantos, a negociação das dívidas nacionais – e, simultâneamente, adotar um conjunto de medidas restritivas ao consumo popular, dentro da "filosofia" do FMI, procurando restaurar a credibilidade junto aos meios financeiros internacionais. Drásticos aumentos de preços num país onde o poder aquisitivo dos salários caiu em 40 por cento nos últimos 30 meses, onde o Produto Interno Bruto cresceu apenas meio por cento (para um aumento populacional de 2,9 por cento) e onde a metade da população da capital vive em favelas, representavam, certamente, uma medida arriscada. Como se as reações populares anteriores já não tivesserm sido significativas, os militares peruanos pagaram prá ver. E viram.

O fato de terem conseguido, anteriormente, reprogramar a dívida do país junto á União Soviética, não permitiu nenhuma demagogia que impedisse ou neutralizasse a nová greve geral. A segunda desde 1918, quando os trabalhadores peruanos conquistaram o dia de oito horas de trabalho. E a primeira depois do **paro nacional** de 1º de julho do ano passado, que inaugurou as ações do CUL – Comitê Unitário de Luta.

De acordo com Manuel Manrique, a crise econômica atinge o Peru, impondo, pela lógica do capitalismo, uma "severa contração, particularmente no que se relaciona com os salários". Resta saber se o regime militar será capaz de implantar esse caminho depois de 18 de junho, quando terá os seus dias contados.

A luta pela unidade sindical

*A unidade concretizada no **paro** nacional de 19 de julho do ano passado é, ainda hoje, o ponto de referência mais importante, um marco na história do sindicalismo peruano, uma espécie de "ideal" que, embora uma vez atingido, vinha, nos últimos tempos, mostrando-se cada vez mais difícil de reprisar. Talvez, por ironia, somente a repressão desencadeada recentemente contra as oposições tenha sido capaz de realizar tal feito. A greve geral de dois dias, decretada pelas centrais sindicais, no entanto, não significa que se tenha superado a profunda desunião que normalmente reina nas lideranças operárias peruanas, e que se expressa, concretamente, na discussão sobre a forma como se deve criar uma central sindical que reúna todos os trabalhadores do país.*

O Peru tem uma experiência de organização sindical muito antiga. A primeira Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru foi criada em 1930, e representava uma conquista dos trabalhadores. Seguiram-se, porém, longos períodos de governos repressivos, ditaduras que dificultavam a presença do movimento sindical em termos classistas, ocorrendo o predomínio de uma organização sindical pró-patronal vinculada a um partido ligado aos interesses imperialistas, a Ação Popular Revolucionária Americana, Apra.

A evolução do movimento sindical e popular está associada, nos últimos anos, ao processo que se inicia, em 1968, com a tomada do poder pelos militares, liderados pelo general reformista Velasco Alvarado. A Central Geral dos Trabalhadores do Peru, – CGTP, ligada ao partido Comunista Unidad (de orientação pró-soviética) foi reconhecida em 1969. Em 1971, a Apra criou a Confederação dos Trabalhadores do Peru – CNT, enquanto o Partido Democrata-Cristão formava, por sua vez, a Confedração Nacional dos Trabalhadores do Peru-CNTP.

Surgem muitas organizações paralelas com o intuito de boicotar as representações autênticas dos trabalhadores. Os professores, por exemplo, tinham um movimento independente importante – o Supe, e o governo criou outro, a "Central Revolucionária".

A Central dos Trabalhadores da Revolução Peruana – CTRP, foi criada, em 1971, pelo governo, que utilizou o aparato estatal e seus funcionários para organizar suas estruturas. A Confederação Nacional Agrária – CNA surgiu do mesmo processo, em 1974 – após um período prévio de criação das bases – isto é, de vinte federações departamentais, que tiveram por base ligas de trabalhadores. Estas estruturas foram praticamente outorgadas aos trabalhadores, como uma forma do Estado exercer, sobre eles, maior controle – as diretorias recebem salários do governo, que também fornece sedes para as entidades; manipulando, assim, dirigentes eleitos, para que sirvam a seus interesses.

Gradualmente, porém, tanto a CTRP como a CNA vêm escapando a este controle. O presidente da CNA, Avelino Cusco, por exemplo, está concorrendo às eleições para a Constituinte pelo Partido Social Revolucionário – PSR. A CNA congrega, atualmente, quatro milhões de trabalhadores. A CTRP nacional também passa por um processo de reorganização que tende a levá-lo à independência total, liderado pela CTRP de Lima, onde a influência predominante é do PSR. A Confederação Campesina do Peru – CCP, de origem maoista, e com presença nas mais diversas organizações de esquerda, também mantém vínculos [illegible] outras entidades de origem semelhante, porém, continuam sendo uma força intermediária que o próprio governo utiliza quando lhe é conveniente.

As formas de organização sindical peruana emergiram com influência muito grande dos partidos políticos. As formas de ação e os próprios partidos ganhavam expressão no movimento sindical.

A CGTP, por exemplo, é considerada uma central sindical bastante fechada, com um nível de controle tão grande que impossibilitou o acesso de outras tendências de esquerda – como os pró-chineses e outras expressões políticas autônomas. Criou-se, em consequência, o Comitê de Coordenação e Unificação Sindical Classista – Ccusc, que não obteve reconhecimento oficial. Uma grande polêmica que se produz ainda no Peru é se todas as organizações sindicais devem se unir em torno da CGTP, para reconstruí-la, ou se deve ser criada uma nova Central, independente. A mais recente tentativa neste sentido foi feita pela CTRP, que defendia a criação de uma central desvinculada de sustentação político partidária. A própria evolução política do país, entretanto, inviabilizou semelhante proposta.

UNIDADE

*2 Após diversas tentativas fracassadas conseguiu-se chegar, em junho do ano passado, à formação do Comitê Unitário de Luta- CUL, que reúne a CGTP, a CTRP-Lima, 17 federações independentes, a CCP, diversos comitês de luta territoriais, etc. A primeira ação concreta do CUL foi o **paro** nacional de 19 de julho, que teve uma capacidade de mobilização superior ao do próprio movimento sindical. Participaram os maisdiversos setores da população, o que demonstrou que havia maior consciência-unitária nas massas que nos dirigentes que convocaram a greve. Logo em seguida, porém o CUL, vê-se sem perspectivas houve uma demonstração de força que não esteve acompanhada de uma visão das possibilidades de expressão e de intervenção na vida nacional por parte do movimento sindical. Isto devia-se, também, a heterogeneidade das organizações que o formavam. O esvaziamento do Comitê se acentua quando em setembro, a CGTP tenta aproveitar-se da demonstração de força representada pelo **paro** para tornar-se interlocutor único do governo, o que foi uma forma de negar a própria existência do CUL. Suas crises se aprofundam, desarticulando a coordenação entre seus integrantes. Em fevereiro deste ano, a GCTP, acompanhada da CNT, de um lado, e as demais entidades, de outro, chegaram a convocar greves nacionais em dias consecutivos. E até recentemente o enfrentamento entre CUL e CGTP representava a principal contradição nas lutas populares do país.*

Isto não significa, na opinião de Manuel Manrique que as organizações partidárias desejassem que sua participação nas lutas sindicais levasse a tais resultados. "A intenção de quase todo o conjunto das esquerdas é produzir fórmulas de descentralização em que as entidades sindicais sejam autênticas organizações de frente – diz. "Embora elas expressem todas as tendências políticas, considera-se essencial que atinjam um nível de unidade em torno de alguns aspectos comuns a todos os partidos; e que os elementos de discrepância sejam voluntariamente subordinados e submetidos aos interesses maiores dos trabalhadores, levando a uma unidade que permita uma ação conjunta do movimento sindical".

"Todos os partidos da esquerda peruana dizem isso, o que muitas vezes, negam na sua prática, embora não o admitam. Na realidade, cada partido quer ter sua própria central sindical. Esse objetivo não decorre de uma ação deliberada, mas de uma deformação [illegible] deformação essa que se expressa tanto no movimento operário como no dos camponeses, estudantes, professores, etc.", concluiu Manrique.

A Guerra no Zaire

Por que o Zaire pode se transformar num novo Vietnã? Quais os interesses que levam os Estados Unidos, a França, a Bélgica a defenderem o corrupto regime de Mobuto? Quem são os principais responsáveis pela propalada "chacina de europeus" em Kolwezi? As respostas estão nas matérias de ***Maria Moraes*** *e na entrevista do general* ***Nathanael Mbumba,*** *presidente da Frente de Libertação Nacional do Congo.*

Mais uma vez o Ocidente salva Mobuto

Apoiado militarmente pelos Estados Unidos, França e Bélgica, o presidente do Zaire, Mobutu conseguiu, pela segunda vez em um espaço de menos de dois anos, conter o avanço dos combates da Frente Nacional de Libertação do Congo (F.L.N.C.). Na região em que os enfrentamentos foram mais violentos – com a tomada da cidade de Kolwezi, a 13 de maio pela F.L.N.C. e a chegada dos paraquedistas franceses 3 dias depois – o número de vítimas civis não pára de aumentar. O ministro belga de cooperação anunciou, dia 26 de maio, que o número de europeus desaparecidos é de 289, sendo que foram encontrados em Kolwezi 59 cadáveres de europeus. Correspondentes franceses falam de mais de mil mortos, entre a população africana, em grande medida por responsabilidade das forças de Mobutu que desenvolvem inúmeras ações de represália contra o povo de Kolwezi.

"O Exército do Zaire passa a maior parte do tempo a cobrar resgates e a pilhar" declarou um oficial francês aos jornalistas. Desmoralizado entre a população enfraquecida pela depuração que sofreu, após a tentativa falida de levante contra Mobutu, o exército do Zaire teria sido batido pelas forças da F.L.N.C. se não fosse o providencial auxilio dos boinas verdes franceses e do armamento norte-americano, sem se contar do apoio de países africanos, como o Marrocos que também enviou tropas.

As posições

Mobutu acusa os cubanos de estarem auxiliando os rebeldes. Mas tudo o que forneceu como provas foi o fato de "terem sido encontradas balas provenientes de fuzis soviéticos AK47 no corpo das vítimas" do ataque da F.L.N.C. Dado o fato de que as armas soviéticas são largamente negociadas, ninguém levou muito a sério tal argumento. Em compensação, a explicação oficial do governo francês – mandaria os paraquedistas para garantir a retirada dos europeus da cidade invadida, – foi veementemente criticada pelos comunistas franceses (do PCF às correntes maoistas e trotskistas) enquanto a social-democracia francesa omitiu-se quando não apoiou o envio de tropas. A direita e o centro, e os jornais que expressam seus pontos de vista, partiram para uma campanha chovinista que lembra o período das guerras coloniais na década de 1950.

Intelectuais franceses estão colhendo assinaturas de apoio a uma petição que diz:

"Nós acusamos"

"Nós acusamos o governo francês de enviar paraquedistas ao Zaire para sustentar seus interesses coloniais e imiscuir-se nos assuntos internos desse país, levando, sob pretexto humanitário, uma sustentação decisiva à ditadura corrupta e impopular do general Mobuto.

Nos acusamos o governo francês de ter brincado cinicamente com a vida dos europeus (...)

Desde o início dos acontecimentos da FNLC propôs a saída dos europeus que estavam em Kolwezi sob a proteção da Cruz Vermelha. Preferindo uma intervenção armada, lançada em condições aventureiras, à organização de uma ação humanitária internacional, o governo francês é portador de grande responsabilidade pelos massacres (...)

Entre os signatários: Simone de Beauvoir, Charles Bettelheim, Paris de La Bollardière, Claude Bordet, Charles Fontenat, Daniel Guérin, Pierre Halbwachs, Gui Hennebelle, George Labica, Albert-Paul Lentin, Giselle Reboule, Michel Mousel, etc (...)

As assinaturas podem ser enviadas à M.J.P. Vigier. Institut Henri Poincaré, 11 rue Pierre et Marie Curie 75 005 Paris. Ou ao CDDETIM, 14 rue de Nanteuil, 75 015 Paris". Publicado no **Libération,** de 27 e 28 de maio. (Por **Maria Morais,** de Paris).

Os comandos Tigre da FLNC

Erulin, o torturador.

O governo francês enviou para uma "missão humanitária" no Zaire o coronel Erulin, comandando uma tropa de paraquedistas. Acontece, que o dito Erulin é conhecido torturador: notabilizou-se pelo desrespeito aos direitos humanos mais elementares por ocasião da guerra de libertação da Argélia, então sob dominação francesa.

O jornalista Henri Alleg, no livro em que conta sua prisão na Argélia "La Question" no Brasil "A Tortura" em 12 de junho de 1957, descreve da seguinte maneira seu contato com o coronel "humanitário".

"Bruscamente, Erulin levantou-me. Ele estava fora de si. 'Escute, filho da mãe! Você está fodido! Você vai falar! Entende? Você vai falar!' Ele tinha o rosto muito perto do meu, quase me tocando, e urrava: 'Você vai falar! Todo o mundo fala aqui! Fizemos a guerra da Indochina, isto nos serviu para conhecer vocês. Aqui é a Gestapo! Você conhece a Gestapo?! Depois, irônico: 'Você fez artigos sobre torturas, hein, seu filho da mãe! Muito bem! Agora, é a 10 D.P. que fará um sobre você'.

(...)

Meus maxilares estavam soldados sobre o elétrodo pela corrente elétrica, era impossível descerrar os dentes por maior esforço que eu fizesse. Meus olhos, sob as pálpebras crispadas, eram atravessados por imagens de fogo, desenhos geométicos luminosos, e eu sentia como se eles estivessem sendo arrancados, a pequenos golpes, de suas órbitas. A corrente atingiu seu limite e, paralelamente, meu sofrimento também. Ele permanecia como estabilizado e pensei que não poderiam me machucar mais do que isto. Mas ouvi Erulin dizer para aquela que acionava a corrente: 'Pequenos golpes: diminua e depois aumente!' Senti a intensidade diminuir, as caimbrãs que endureciam todo meu corpo diminuiram e, de repente, pois o outro dava o máximo, a corrente elétrica me estraçalhou novamente".

A denúncia das barbaridades cometidas pelo coronel Erulin, na guerra da Argélia, foi feita pela televisão pelo redator chefe de "L'Humanite", órgão do Partido Comunista Francês, no dia 23 de maio. Entre os vários casos citados destaca-se o do matemático Maurice Audin, de 25 anos e pai de 3 crianças, preso e assassinado pelos serviços de segurança da França, em 1957. Audin era membro do Partido Comunista argelino e combatente da libertação argelina: ele é um dos casos entre os 3 mil "desaparecidos" nesta guerra.

Erulin está agora no Zaire. Para uma "missão pacifista", segundo disse o ministro das Relações Exteriores da França, na noite de 25 de maio, pela televisão. Quantas serão as vítimas desta missão "pacifista"? **(M.M.)**

Os interesses econômicos

Em matéria de recordes econômicos o Zaire está na frente em dois: é um dos países mais endividados do mundo e o terceiro na taxa de inflação. Kolwezi, cidade recentemente atacada pelas forças de oposição ao governo Mobutu, vivem em função de suas riquezas de subsolo: as minas de diamante e de cobre: o cobre, do qual o Zaire é o sexto produtor mundial, é o motor da economia do país, representando 21% do PNB; 63% do total das exportações e a maior fonte de emprego da população.

E é esta imensa riqueza mineira que impulsiona a crescente interferência franco-belga no Zaire. Desde 1975 que o governo Mobutu tenta atrair por todos os meios os capitais estrangeiros, como forma de resolver os sérios problemas econômicos do país. Assim, não hesitou em oferecer a restituição aos antigos proprietários de 60% do capital que tinha sido nacionalizado por ocasião da independência do país. Estima-se que hoje os belgas sejam tão numerosos como antes da independência: cerca de 20 mil. Criada em 1967, a **Gécamines (Générale des Cardières et des Mines),** encarregada da exploração das riquezas do subsolo, pertence totalmente ao estado zairense, mas é dirigida por uma sociedade mineira belga, através de um contrato de cooperação técnica de 25 anos...

Mobutu não hesitou em entregar a parte do leão das atividades da **Gécamines** aos capitais estrangeiros, assim como terminou com o monopólio que esta companhia estatal exercia sobre a extração do cobre. Duas novas companhias mistas - a **Sodimiza,** de controle japonês, e a **SMTF,** consórcio euro-americano - já entraram no mercado.

Ademais do cobre e do diamante, sem se falar do manganês, do ouro, da prata, do estanho e do zinco, o Zaire é o primeiro produtor mundial de cobalto, garantindo 65% da produção internacional. O cobalto é matéria prima essencial para a construção aeronáutica e qualquer entrave nas exportações zairianas provocaria imediato desequilíbrio entre oferta e procura. Basta lembrar que a libra do cobalto atingiu 19 dólares, dada a guerra, contra 6,8 dólares em abril passado.

Não é preciso ser muito esperto, pois, para entender as "razões humanitárias" que levaram ao desembarque das tropas francesas e belgas no Zaire, em apoio ao governo Mobutu. **(M.M.)**

O general Mbumba e guerrilheiros

Fala Nathanael Mbumba

Pela primeira vez depois do último levante do sul do Zaire, o general que comandou os guerrilheiros da FLNC (Frente Nacional de Libertação do Congo) fala à imprensa internacional. Ele escolheu Afrique-Asie para restabelecer a verdade dos fatos, que não tem nada a ver com a versão dada pelo governo do Zaire a pela imprensa ocidental.

Pergunta- O fulgurante ataque a Kolwezi e a tomada da cidade, no dia 13 de maio, trouxeram de volta à baila o regime corrupto de Mobuto e a ação das forças representantes de interesses internacionais que lhe permitem se manter no poder. O que se passou entre 8 de março do ano passado e o dia 13 de maio deste ano?

N. Mbumba- Desde o desencadeamento da nossa luta de libertação, no dia 8 de março de 1977, que nossos combates não abandonaram mais o território nacional.

Durante o que Mobutu chama de "guerra dos 80 dias" - e que de fato nunca parou -, nós recebemos um apoio popular entusiasmante. Um grande número de jovens ingressou em nossas fileiras: não só camponeses do Shaba, mas também trabalhadores desta região mineira e industrial, provenientes de outras províncias.

Depois da intervenção franco-egipcia-marroquina, nós nos dissolvemos na natureza e nos preparamos intensivamente, escondidos em nossas bases no interior do país, visando à ação de envergadura destes últimos dias. Nós queríamos golpear a fundo os interesses que mantêm o corrupto ditador Mobutu no poder.

Alem disso, militarmente nós não permanecemos inativos, é claro. Nossos combatentes atacaram repetidas vezes as unidades do exército zairense. Sabotaram instalações industriais e vias de comunicação, tanto no Shaba quanto em Kasai. Isto nos permitiu recuperar material militar, armas e munições que formaram a provisão para esta operação.

P- Por que só agora? Existiu uma razão especial?

N.M.- Sabiamos que o exército de Mobutu estava extremamente desmoralizado, tendo sofrido as piores humilhações, inclusive devido à eliminação de uma parte de seus quadros superiores. Nossos aliados de Kinshasa e das principais cidades nos informavam da completa decomposição de todas as estruturas do Estado e da administração e da incrível generalização da corrupção. Quanto às populações, notadamente nesta região e na de Kwilu-onde, recentemente, rebeliões contra as autoridades locais foram sufocadas na base do sangue, -estávamos bem situados para saber que uma repressão feroz e generalizada já provocara uma miséria espantosa, situação em que nosso povo vive desde a época colonialista.

P- Como se desenrolou a libertação de Kolwezi?

N.M. Na noite de 12 para 13 de maio, nossos combatentes cercaram a cidade. As cinco horas, desencadearam o ataque contra os quartéis das Forças Armadas Zairenses (F.A.Z.) e de policiais bem como contra o hotel "Impala", onde se encontravam mercenarios, "conselheiros" militares ocidentais e membros da UNITA organização pró-ocidental, que luta contra o governo angolano. A surpresa da ação causou pânico entre eles, que, praticamente, se limitaram a tentar fugir por onde desse, apesar de serem cerca de cinco mil soldados comandados pelo general Likuta. Um de nossos grupos apoderou-se imediatamente do aeroporto, destruindo três aviões "Mirage", seis aviões de transporte civil, helicópteros etc.

Na cidade, grupos isolados de militares europeus tentaram reagir mas foram dispersados e alguns capturados. Os quartéis estavam repletos de todo tipo de armas, inclusive armas pesadas, e pudemos tomá-las amplamente.

Duas horas mais tarde, com as comunicações interrompidas, tínhamos o controle total da cidade. O estado-maior das F.A.Z. que não conseguiu fugir para o campo, nas proximidades, foi feito prisioneiro ou sucumbiu em combate.

Os soldados das F.A.Z. debandaram incitando a população a seguilos, gritando que os comandos Tigre estavam tomando a cidade. Esperavam com isso, após a longa campanha de intoxicação contra a FLNC aterrorizar os civis. Porém, passado o primeiro momento de surpresa e hesitação, na própria manhã do dia 13, ao mesmo tempo que nossas forças libertavam os presos políticos-entre os quais inumeros militares da prisão de Kolwezi, a população se concentrava em diversos pontos da cidade e os comissarios políticos da Frente improvisavam **meetings** (comícios) explicando os objetivos de nossa ação, da luta desempenhada pela FLNC, instruindo a todos para que se recuperasse a calma e se assegurassem os serviços indispensáveis à sobrevivência em colaboração com nossas Forças Armadas Populares do Congo FAPC). Foram instruídos para não abandonarem os bairros residenciais, para não saírem de casa, a não ser para buscar provisões. Havia um grande terror de bombardeios e era preciso terminar a limpeza da cidade. Imediatamente foram tomadas medidas para impedir a pilhagem e roubos e os diretores de bancos foram detidos, em suas casas, sob vigilância. Foi-lhes permitido, contudo, conservar as chaves dos cofres.

As unicas portas arrombadas foram as das lojas de alimentos, particularmente a do **economato** da cidade com o que foi possível distribuir viveres de primeira necessidade a todos. Os da alçada jurídica, que trabalhavam para a "Gécamines" (empresa que explora as minas do país) foram autorizados a se abastecerem nos armazens, mas para evitar qualquer esbanjo ou estoque, responsáveis de nossas FAPC presidiam as compras.

No dia 14 o hospital que não deixara de funcionar, foi esvaziado pois fomos informados que aviões se preparavam para bombardeá-lo. Os médicos foram conduzidos para suas casas e os doentes mais graves foram recolhidos em casas particulares. Assim, na segunda-feira, dia 15, intensificaram-se os bombardeios contra o aeroporto. Na cidade, reinava a calma, depois da localização e da eliminação de grupos militares europeus bem como de alguns franco-atiradores, que agiam espalhados : civis, membros das F.A.Z. ou elementos da UNITA.

Foi nesta mesma segunda-feira que Mobutu enviou reforços de Lubumbashi. Mas nossos guerrilheiros esperavam-nos no rio Lualaba e expulsaram-nos.

P- Unicamente soldados zairenses, nesse dia?

N.M.- Sim. Apenas na terça-feira pela manhã, pelas três horas, paraquedistas franceses foram lançados nas proximidades do aeroporto, quase ao mesmo tempo em que os bombardeios dos "Mirage" intensificavam-se. E foi aí, então, que ocorreu o maior número de vítimas na população. Neste momento, publicamos um comunicado participando nossa decisão de danificar seriamente as instalações mineiras no caso de uma intervenção estrangeira. Pensavamos que seria o único argumento capaz de bloquear a intervenção. (...)

Entretanto, a leste, paraquedistas de uma força conjunta franco-belga-americana investiam na área do aeroporto e empreendiam um combate inquietante contra nossos guerrilheiros. Na manhã do dia 18 havia muito mortos espalhados.(...)

P- A luta de libertação passa, então, para você, por um confronto direto com o imperialismo?...

N.M.- Não seria o primeiro caso na historia da emancipação dos povos. Mobutu está até disposto a vender parcelas do país para a instalação de bases militares a fim de satisfazer interesses estratégicos ocidentais. De fato, Kinshasa tornou-se uma base avançada da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

P- Quais suas relações com os países vizinhos, Angola e Zâmbia, acusados de sustentar este seu movimento?

N.M.- Em Angola, nós estivemos presentes por ocasião da dupla invasão dos zairenses e dos sul-africanos e tomamos partido pelo MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola), isto é, pelo povo angolano. Mas, desde a libertação de Angola, em 1976, nós nos infiltramos clandestinamente no Zaire, no dia 8 de março de 1977. A partir deste dia, nós não abandonamos mais o país, abastecendo-nos às custas do exército zairense. A agência de imprensa de Mobutu, entre outros absurdos divulgados sem pestanejar por toda a imprensa ocidental, afirmou o que "4000 combatentes tinham chegado, passando por civis, em Kolwezi". A verdade é que nossos "uniformes" se estragaram muito com nossa permanência na mata e com nossas longas marchas. O que não tem nada a ver com a qualidade militar de nossos comandos...

ASSINE EM TEMPO

PRÊMIO ANCHIETA 77
Direção — Laura Regina
Músicas — Vitor Bortoluci Jr.
Sábados: 21 horas
Domingos: 20 horas
Circo dos Bancários
Av. Voluntários da Pátria, nº 547
(Perto da estação Tietê do Metrô)
Santana
TESB
Teatro do Sindicato dos Bancários

SEGURE O PACOTE!

(Faça uma coleção dos primeiros números de EM TEMPO, adquirindo em qualquer de nossas sucursais — ou na sede — o pacote com os nºs. 1 a 10, por apenas Cr$ 60,00).

EM TEMPO

Nem Euler, nem Magalhães.

Euler Bentes Monteiro e Magalhães Pinto, duas alternativas burguesas para a atual crise, foram focalizados pelo EM TEMPO em várias edições. Duas cartas, uma da nossa sucursal de Curitiba, outra de um leitor de São Paulo, criticam o modo do jornal tratar a questão e apontam a necessidade de se fortalecer uma alternativa própria dos trabalhadores.

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para: rua Mateus Grou, 57 – Pinheiros, São Paulo – CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

Enxergando aliados no campo inimigo

À página "Aparte":

Causou-nos preocupação a leitura do artigo "Constituinte com Euler", assinado por Bernardo Kuscinski, no nº 12 do Em Tempo.

Naquela semana, 30.000 operários de 15 fábricas do ABC entraram em greve com uma reivindicação unitária, colocando em cheque, na prática, não só o governo e suas leis repressivas, como também suas próprias lideranças sindicais, fato amplamente noticiado no mesmo nº do jornal. Surpreendentemente, no mesmo nº, o articulista e assevera que a apresentação do general Euler Bentes Monteiro como candidato a candidato, dentro de uma plataforma de democratização, foi "o fato mais importante da semana" (6º parágrafo).

O que poderão concluir os operários do ABC por exemplo, a respeito dessa afirmação, principalmente quando, mais adiante o articulista refere-se à negociação entre o MDB e facções militares, assegurando que ela é "sem dúvida uma grande oportunidade para alcançar o fim do regime"?

Debaixo de um regime extremamente autoritário, quando operários ensaiam as primeira lutas anônimas de seções ou fábricas, achamos sumamente nocivo que se aponte que negociações de cúpula podem representar uma "grande oportunidade para alcançar o fim do regime". Isso significa rebaixar a perspectiva de que só as classes oprimidas liberadas pelo operariado poderão decidir essa questão do seu ponto de vista. Significa manter a ilusão, infelizmente ainda presente em largas camadas das classes exploradas, de que as soluções para seus problemas estão nas mãos dos de cima..

Sem dúvida. O articulista não deixa transparecer que acredite nas classes oprimidas como único sujeito das transformações profundas que eliminem a exploração e opressão de que é vítima. As alusões a Euler como sendo "um general muito especial", ao "peso de sua personalidade" (1º parágrafo), aos seus supostos "bom sintoma de sentimentos democratas" (2º parágrafo) e "raro sentimento da predestinação" (5º parágrafo) reforçam a idéia exatamente oposta. Ou seja - de que são os personagens e não a luta de classes quem faz a história.

A visão que informa o artigo parece ser a mesma a dirigir a matéria "E agora, João?", do mesmo autor, no nº 11 do Em Tempo. O que se discute - diz ele, no 7º parágrafo, a respeito das articulações da candidatura de um general pelo MDB - obviamente, é qual a melhor maneira de enfraquecer o regime militar: transando com uma dissidência desse regime, que se dispõe a promover a democratização, ou, ao contrário, mantendo a pressão política, social e eleitoral, de forma a agravar ainda mais as disputas internas."

É verdade que o autor não afirma claramente ser esta a discussão que ele propõe. No entanto, também é verdade que à mesma ele não contrapõe nenhuma outra. O que perdura, então, é o ponto de vista de que a alternativa para se enfraquecer o regime está entre um acordo com uma dissidência da cúpula, ou então fazer pressão ("política, social, eleitoral") para agravar a cisão interna da cúpula. Nas duas alternativas, uma visão a imperar: a do "racha" da cúpula, da chamada "cisão vertical".

Do nosso ponto de vista, a questão é totalmente diferente. Para nós a desorganização do poder das classes dominantes interessa às classes dominadas fundamentalmente como consequência de sua organização e mobilização, e não o contrário.

Voltando bem mais atrás, veríamos uma coincidência entre este enfoque e o da matéria "Aposetando na crise", também do mesmo autor, publicada no Em Tempo nº 4. Referindo-se à candidatura Magalhães, diz lá o 5º parágrafo:

"Nunca se deve desprezar a importância que tem historicamente uma primeira dissidência burguesa no interior de um regime autoritário. A primeira, em geral, não leva a nada de imediato - mas é a que pode abrir o caminho para o agravamento das contradições no interior das coligações que mandam e não pedem. Essa dissidência de Magalhães, já está tendo o mérito, empurrado pela não explicitação da crise, de ter que construir aos poucos o que já quase chega a ser uma ideologia, que diverge daquela do regime dominante,." Se a ideologia do regime é burguesa, qual seria da dissidência do banqueiro Magalhães?

Para nós, colocações do tipo lembram muito a clássica postura, que trágicos prejuízos trouxe aos trabalhadores na luta pela sua libertação, de se enxergar no campo do inimigo uma porção de possíveis aliados, frequentemente acompanhada da postura de se enxergar no campo dos aliados, uma porção de possíveis inimigos.

O que nos levou a formular esta crítica foi entendermos que a linha editorial de política nacional do Em Tempo deve orientar-se no sentido de, ao debater os temas institucionais, preocupar-se em subsidiar as lutas atuais dos trabalhadores, associando-se à necessidade de um processo de transformação social que elimine a exploração e a opressão

Num momento como o atual, mais do que nunca Em Tempo deve ser um órgão de imprensa que desmascare as propostas democráticas daqueles que durante todos estes anos comeram na mesma mesa do regime militar e pretendem, agora, substituí-lo por uma forma menos desgastada de poder, que lhes permita continuar vivendo da exploração do trabalho alheio.

Se nossa crítica volta-se centralmente ao "Constituinte com Euler?" e ao "E agora, João?", do último e do penúltimo números respectivamente, remetendo ainda, a título de subsídio, ao "Apostando na crise" do longínquo nº 4, não é porque todos eles tenham sido assinados por Bernardo Kuscinski. Notem os leitores que esses três artigos foram os mais importantes de política institucional nas respectivas edições. Todos mereceram a página 3, a mais nobre página interna de qualquer jornal, porque é a primeira com a qual o leitor tem contato ao abri-lo. "E agora, João?", deu manchete do jornal, numa semana em que a grande vitórias dos presos políticos de todo Brasil em greve pela quebra do isolamento de Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares merecia indiscutivelmente o título principal do Em Tempo. E as outras duas, deram chamada na primeira página. O fato de Bernardo Kuscinski ser um jornalista conhecido e de ser identificado por muitos com o projeto jornalístico do Em Tempo, só reforça, do nosso ponto de vista, a necessidade de tal crítica."

Atenciosamente,

Sucursal de Curitiba

"Não cabe à oposição entrar nesta frente"

Amigos do EM TEMPO;

A propósito dos recentes artigos publicados nos dois últimos números do EM TEMPO, sobre a frente de Euler Bentes Monteiro, gostaria de fazer alguns comentários.

Desde o segundo semestre do ano passado, vários setores da burguesia começaram a ensaiar uma ruptura com o regime autoritário. Primeiro foram as declarações de alguns empresários, basicamente paulistas, a favor do Estado de Direito e entre eles se destacou a fala de Claudio Bardella "só pode existir democracia econômica na qual oportunidades sejam oferecidas a todos se houver verdadeira democracia política no país, o que sem dúvida, pressupõe um Congresso forte e realmente representativo".

Assim o "espírito democrático" dos empresários brasileiros, que fora ofuscado pelos lucros do "milagre", veio à tona com mais intensidade e foram grandes manchetes. Logo em seguida Magalhães se apresentou como o candidato dissidente à presidência e ocupando as primeiras páginas dos jornais propos: abolição dos atos de exceção, extinção do AI-5, após a incorporação na Constituição de instrumentos de salvaguarda do Estado; eleições diretas para governador, liberdade de imprensa, abertura para quatro ou cinco partidos (até um de esquerda !), etc. Na época, como garantia para o cumprimento do programa o senador ofereceu seu passado, o que, sem dúvida, não deve ter dado muita segurança a ninguém.

Já nos primeiros meses deste ano estava formada uma corrente de empresários falando em democracia e até o Conselho Nacional da Agricultura chegou a soltar um manifesto pela volta ao Estado de Direito. De repente, vários setores das classes dominantes, os mesmos que participaram do golpe de 64 e aplaudiram o AI-5, se tornaram democráticos.

Mais recentemente ainda, o general Euler Bentes Monteiro se ofereceu para ser o candidato do MDB às eleições presidenciais, pregando democracia por todos os lados, anistia ampla e irrestrita e até constituinte. Tudo isso para convencer a oposição em geral e o MDB em especial que e o homem certo (predestinado como ele mesmo se autodenominou) para trazer o país à normalidade democratica. Para isso ele propos a formação de uma frente ampla de todos os que querem uma redemocratização já.

Para os emedebistas mais entusiastas parece que a coisa pegou ao ponto de Chico Pinto dizer que o general era mais democrata do que ele, vendo, inclusive que, Euler oferece uma oportunidade concreta de se acabar com o regime militar, pois "eu não sei como se sai de uma ditadura sem o apoio da força armada: ou forças armadas convencionais ou na forma de forças organizadas pela sociedade civil", acrescentou o ex-deputado.

Entretanto, uma pergunta caberia não só ao general mas a todos os empresários que até hoje falaram em democracia. O que entendem por democracia? De qual democracia tanto falam? Será que quando falam em democracia eles estão pensando em liberdade de organização para todos os partidos, em liberdade sindical real, em melhores condições de vida para os trabalhadores? Para os setores dominantes dissidentes é evidente que democracia não é isso. E para o general?

Talvez Chico Pinto pudesse nos esclarecer, mas por mais que ele tente, disso não nos convencerá pois se Euler é tão democrático assim e realmente quer a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, porque não defendeu a legitimidade da greve dos trabalhadores do ABC e ao mesmo tempo falou em democracia?

Não, isto nenhum dos grandes defensores da democracia vieram fazer. Tanto dos setores dissidentes da burguesia como do general os trabalhodores do ABC só ouviram o silêncio. Os trabalhadores da Villares estão sentindo na carne o espírito democrático de Carlos Villares que, ao que tudo indica, será um dos últimos patrões a conceder o aumento salarial.

Entretanto Chico Pinto poderá argumentar que precisamos ter calma pois o general realmente democratizará o país já que está disposto a defender a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Mas quais são os pré requisitos para a constituinte que ele defende. Será total liberdade para a formação de partidos e discussão de programa para esta constituinte tais como: extinção da legislação repressiva, voto para analfabetos e soldados, reposição salarial, estatização das empresas de serviços básicos, escala móvel de salários, solução da questão agrária, nacionalização dos setores vitais da economia?

Mais uma vez, com toda a certeza, o silêncio predominará. Então, de que democracia eles tanto falam? A democracia que os setores descontentes da burguesia pregam é uma democracia formal, que no máximo recupere algumas liberdades individuais e que fundamentalmente lhes permita não só um maior espaço político para poderem influir nas decisões do governo, como também absorver as crescentes manifestações populares.

É isso que setores do empresariado entendem por democracia. E num Estado, que tem grande participação na economia e ao mesmo tempo centraliza as decisões políticas essas dissidências, cedo ou tarde, acabariam ressoando dentro de seus aparelhos. Portanto, se hoje existe um "racha" dentro das Forças Armadas, isto nada mais é que a ressonância das dissenções entre as classes dominantes num momento de crescimento do movimento de oposição.

Então, são as cisões nos setores dominantes e o fortalecimento da luta democrática que acabam se refletindo dentro das Forças Armadas e fazendo com que, como afirma Chico Pinto, "até me parece que na maioria os militares são democratas...". Assim, de imediato cai por terra o argumento de que hoje um apoio a Euler significa, na pior das hipóteses, fortalecer o "racha" dentro das Forças Armadas. Muito pelo contrário, fortalecer a candidatura Euler e a frente pela redemocratização – num momento que a oposição é bastante débil e não pode interferir nessa frente – poderá conduzir, isto sim, à formação de um novo pacto entre dos vários setores da burguesia. Esta nova unidade a se formar, longe estaria de significar a instauração de uma democracia substantiva. Comportaria no máximo, algumas aberturas políticas mais rápidas que as de Figueiredo, mas que não significariam, sequer, liberdade de organização sindical e política.

Portanto, não cabe à oposição entrar nessa frente pela redemocratização proposta por Euler e muito menos apoiá-lo como candidato alternativo, ou qualquer outro candidato que essa frente lance. O que cabe à oposição é expor o seu programa próprio, aprofundando a sua concepção de democracia comprometida com os interesses dos trabalhadores. E mais que isso propor, à luz desse entendimento de democracia, a formação da sua frente democrática. Uma frente, hoje, só é consequente, do ponto de vista da oposição, se tiver como patamar mínimo a defesa dos interesses da classe trabalhadora e este não é o caso da frente proposta por Euler ou mesmo Magalhães Pinto.

Luiz Nadai - São Paulo (SP)

"Até empresários anseiam pela democratização"

"Prezados amigos,

*No EM TEMPO nº 7 foi com espanto que li na página 3 a matéria "Anistia, um movimento que unifica", que "a bandeira de Liberdades Democráticas não conseguiu até agora mobilizar realmente os setores das classes trabalhadoras cujo nível de consciência em geral situa-se nas lutas econômicas...". E mais adiante: "A unificação não poderia **obviamente** (grifo meu) ocorrer com outros movimentos existentes, de objetivos mais específicos como o movimento Custo de Vida ou a Convergência Socialista". E ainda que "A Anistia... é uma luta mais concreta, imediata e ampla o bastante para...".*

Fiquei estarrecido com tais afirmações, que partem de definições as mais descabidas. Primeiro diz-se que a "bandeira" de liberdades democráticas não conseguiu... Ora, só estando-se fora do país pode-se negar que a luta por liberdades democráticas tem sido e continuará sendo o ponto essencial de unificação do movimento oposicionista brasileiro. Ou será que as oposições (mais e menos consequentes) consubstanciadas nos sindicatos, no movimento estudantil, na pequena burguesia democrática e até em alguns empresários oportunistas não anseiam pela democratização do país? Leia-se qualquer jornal, revista, panfleto de protesto e se constatará que nunca na história do Brasil se ouviu falar tanto em democracias (sob variados interesses, é claro!!!). Além disso, é só ir a qualquer manifestação de descontentamento e se ouvirá, verá, lerá a palavra democracia dezenas de vezes.

O articulista dá provas de economicismo disfarçado com a afirmação de que "hoje o movimento operário não se mobiliza...". Se hoje ele se encontra principalmente lutando por objetivos econômicos o que é um fato, isso não significa que não se mobiliza na luta pelas liberdades democráticas. Parece até que as oposições sindicais não existem, que são anti-democráticas; nem significa que a luta política não é assumida pelo menos por alguns setores da classe. É assim mesmo que pensam os metafísicos! Primeiro as lutas econômicas, depois (quando ?) as lutas políticas. A história já conheceu desvios como esse desde o século passado. Linhas adiante esclarece seus desvios ideológicos quando chama de movimentos de objetivos mais específicos os movimentos pelo Custo de Vida e pela Convergência Socialista. Como entender o movimento pelo Custo de Vida e pela Convergência Socialista. Como entender o movimento pelo Custo de Vida se o qualifico como específico? Logo conclui-se que existem três espécies de luta diferente : 1 – econômica; 2 – política; e 3 – específica..." (pode ser política como a Convergência Socialista ou econômica como o movimento Custo de Vida).

*E segue com seus erros quando diz que a Anistia é uma luta mais imediata, mais concreta, mais ampla... Erra ao não considerar a Anistia como um dos pontos principais na luta por **Liberdades Democráticas** hoje (isso se explica somente por ver a luta por liberdades democráticas como apenas uma bandeira.. isto é, propaganda). Erra ao achar que é mais concreta, mais imediata, quando se sabe claramente que não é agora que o movimento conquistará essa vitória, que pressupõe um acúmulo de forças muito maior para ser alcançada (segundo o articulista, FIGUEIREDO abriu alguma brecha em declarações sobre Anistia...). Erra ao achar que é mais ampla e não poder afirmar se os trabalhadores fazem parte de "os mais diversos setores da oposição...".*

É ininteligível um artigo que se contradiz, fornece conceitos incorretos e ainda por cima está fora da realidade. Obrigado pelo desaprendizado, C.S. !!! E olhe que ainda temos mais críticas..."

C. Gomes – Rio de Janeiro (RJ)

Candidaturas, uma análise superficial e parcial.

"Amigos":

O tema "eleições de novembro não tem sido tratado até agora por EM TEMPO com o destaque que merece. Somente no nº 12 o jornal começou a aborda-lo, pretendendo dar um panorama geral sobre as candidaturas populares nos vários Estados. Ainda assim, esse panorama deixou muito a desejar. Além do tom superficial que permeia toda a matéria, ela apresenta graves lacunas de informação que prejudicam em muito o seu objetivo de dar um quadro geral sobre o tema.

Isso é particularmente visível no caso de São Paulo, que, de resto, é o que mais conheço. Enquanto 4 ou 5 nomes de candidatos são citados, expondo inclusive, alguns dos seus pontos de vistas, nomes como o de Benedito Marcílio (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, candidato a deputado federal), Aurélio e Irma (lideranças do Movimento do Custo de Vida, candidatos respectivamente a deputado federal e estadual), Geraldo Siqueira Filho (ex-presidente do DCE da USP, candidato a deputado estadual), Audálio Dantas (ex-presidente do sindicato dos Jornalistas de São Paulo), José Serra (economista e ex-presidente da UNE, candidato a deputado federal), Eduardo M. Suplicy (economista, candidato a deputado federal) e outros são simplesmente ignorados. O desconhecimento de tais candidaturas não se justifica sobretudo por que elas tem sido amplamente noticiadas pela grande imprensa. Por outro lado, seria inadmissível que alguém se propusesse a fazer uma matéria com um tamanho grau de desinformação sobre o tema.

A hipótese que resta é a de que teria havido, portanto, uma "seleção" dos nomes a serem citados pelo articulista. Contra o que eu não teria nada a opor desde que ele expusesse claramente os seus critérios políticos e assinasse a matéria, como é praxe nesse jornal quando se trata de opiniões individuais. Agora, o que não se pode aceitar é que ele se utilize de uma reportagem geral, que pretende dar um panorama sobre um tema – sendo, portanto, teoricamente assumida pelo conjunto do jornal – para passar a sua posição particular. Nesse caso, a defesa de posições políticas passa a ter outro nome: sectarismo. E a atitude de omitir informações sub-repticiamente... bem, digamos apenas que não nos parece um recurso adequado para quem se propõe a fazer um jornal como EM TEMPO.

Paulo Sérgio Muçonçah
São Paulo (SP)

Solidariedade à luta dos presos políticos

As diversas entidades de Pernambuco que organizaram e levaram adiante a campanha de solidariedade aos presos políticos de Itamaracá, durante as recente greve de fome ali realizada, receberam na última semana uma carta de apoio de 23 organizações reunidas durante a Jornada Estudantil pela Solidariedade Latino-americana contra o Fascismo e o Racismo (dias 8 e 9 de maio, em Guadalajara, México).

A carta vem assinada em primeiro lugar pela Organização da Conferência Latino-americana de Estudantes – OCLAE – a qual se filiava a UNE brasileira. Eis o texto do documento:

"As organizações abaixo-assinadas, de diferentes concepções políticas, demonstram sua preocupação pela violação, sistemática dos direitos da pessoa humana no Brasil, hoje.

Reiteramos nosso apoio a luta justa dos estudantes e do povo brasileiro contra o regime fascista, pela anistia ampla e irrestrita a todos os presos políticos, incluindo os banidos, por uma Assembléia Constituinte livremente eleita, pela liberdade de expressão e organização, etc.

Repudiamos, dessa forma, os atentados à bombas perpetrados contra a sede do Movimento Feminino pela Anistias, e manifestamos, também, nosso apoio ás reivindicações dos presos políticos em greve de fome, e que desde o dia quatro de maio último adquiriram um caráter nacional.

Solicitamos que, na medida de suas possibilidades, nossas posições a respeito destas questões se tornem públicas".

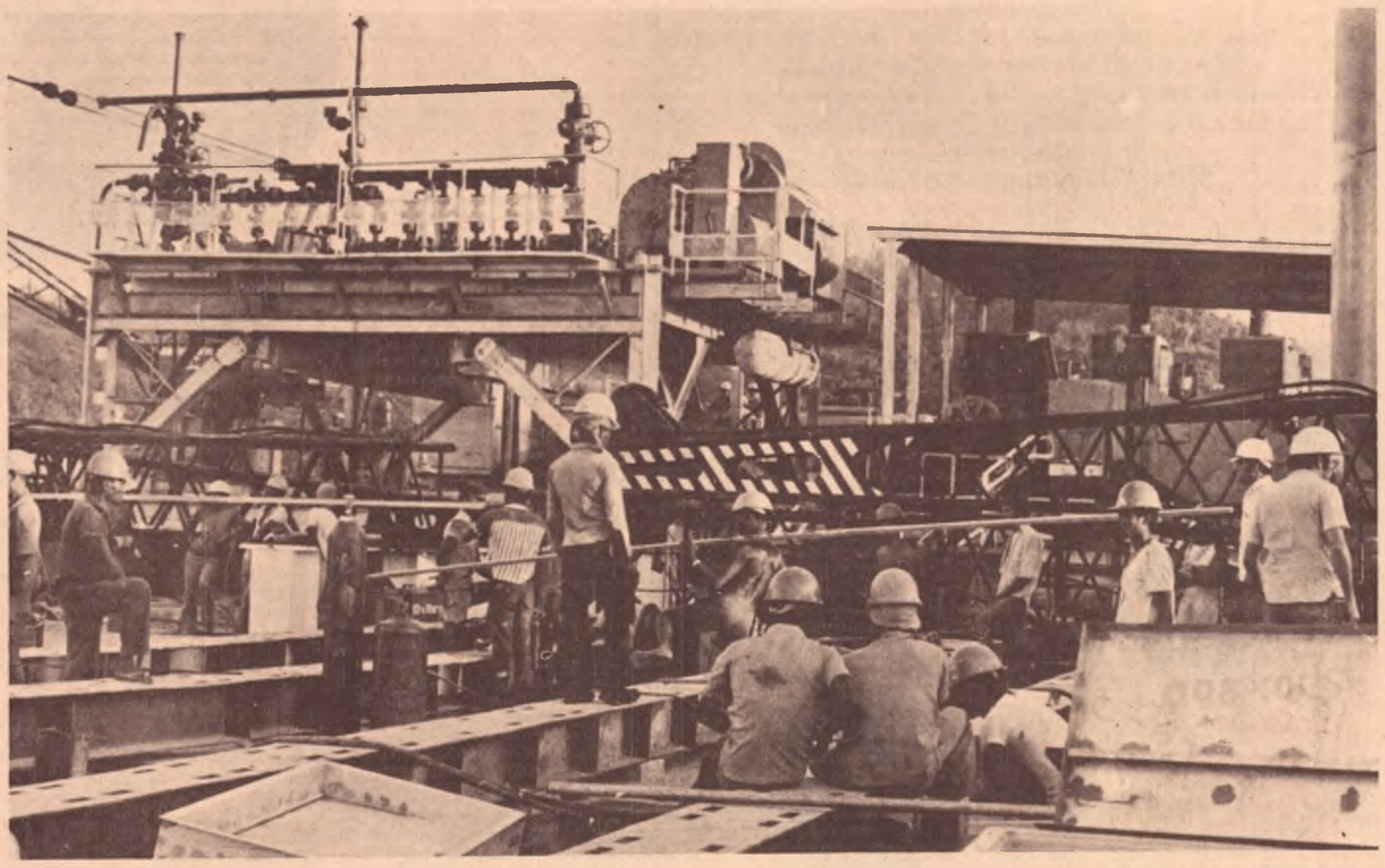
OPERÁRIOS NO OLHO DA RUA

A Petrobrás na Bahia pressiona, demite e aposenta.

Enquanto a produção dos principais campos da Petrobrás no Recôncavo da Bahia vem caindo ano a ano, a empresa se encarrega de encurtar os benefícios dos operários, usando toda a sorte de métodos: pressões, demissões, aposentadorias, levando a crer que o seu objetivo é o de reduzir o número de trabalhadores, em função da queda de produção.

"A empresa desencadeou uma campanha para que os empregados optassem pelo FGTS, chegando a Justiça do Trabalho a tomar conhecimento de inúmeros casos de pressões, pois a Petrobrás colocava o trabalhador diante do dilema: opção ou desemprego", informa um advogado baiano, defensor de inúmeras causas de trabalhadores da empresa, na Justiça do Trabalho.

Em setembro de 1977, mais de 250 empregados estáveis da Região de Produção da Bahia – RPBa – foram aposentados compulsóriamente por invalidez, dias depois de terem optado pelo FGTS, numa manobra, segundo os trabalhadores, realizada pela empresa para eliminar dos seus quadros os funcionários com estabilidade.



Segundo os operários atingidos, a maioria dos aposentados tinham condições de voltar ao trabalho e nenhum deles foi examinado por junta médica do INPS, como acontece em casos de aposentadoria por invalidez. De acordo com o advogado, a Petrobrás mantém um convênio com o INPS, através do qual os médicos da empresa estão autorizados a realizar e promover afastamentos para readaptação funcional e até mesmo para concessão de aposentadoria. Para isto, basta que o parecer médico conte com a chancela médica do INPS. As aposentadorias de 77 por exemplo foram calcadas em prontuários médicos dos empregados, existentes na empresa.

Enquanto isso, autoridades ligadas à Petrobrás apontavam, com números, a queda progressiva da produção de petróleo na Bahia, que é responsável por 70 por cento do produto nacional. O ponto máximo atingido pela produção baiana foi em 1969, quando segundo os dados da RPBa. foram tirados 146 barris diários. Já em 1975 esse número caiu para 127 mil e a Superintedência da RPBa já havia previsto o esgotamento total dos campos em 1990, caso não houvesse novas descobertas.

Todos estão descontentes

O quadro atual de pessoal estável na Petrobrás – os operários mais visados em todo o processo de demissões e pressões para a opção-é constituido de ex-trabalhadores rurais dos municípios de Candeias, Catu, Dom João e Alagoinhas, recrutados entre os anos de 1957 e 1960. Eles foram treinados para a formar a mão de obra nacional, em substituição aos americanos. Por isso, a empresa lhes concedeu uma série de vantagens em relação ao mercado de trabalho na época, resultantes também das pressões sindicais.

"Antigamente, trabalhar na empresa era melhor porque tinha aumento de seis em seis meses. Hoje não dá nem vontade de trabalhar porque o estímulo que a gente tinha era o dinheiro. Agora, a maioria fica desgostosa, mas a Petrobrás não dá condiçõers legais para a gente sair", diz um operário, há 20 anos trabalhando na RPBa. Ele foi um dos muitos que foram chamados para fazer "acordo", rescisão do contrato.

"Eu disse a eles que não queria sair da empresa, porque no "acordo" a Petrobrás não dá o que a gente tem direito, eu mesmo tive quatro colegas, com mais de 25 anos de serviço, que a empresa só deu Cr$ 417 mil de idenização. Todo mundo é descontente porque muitos dos nossos direitos foram cortados e a empresa só dá se a gente botar questão. Se a gente perder, ela bota a gente prá fora."

Ou então é registrado na ficha pessoal de cada um todas as reclamações ajuizadas por ele para que a empresa possa persegui-lo, sistematicamente. Por causa desta perseguição os trabalhadores se recusam a fazer denúncias e quando o fazem, omitem nomes. O mesmo acontece com os advogados trabalhistas, receosos de pressões por parte da Petrobrás.

Devido às pressões para que os estáveis optem pelo FGTS, e às inúmeras irregularidades trabalhistas, o número de reclamações na justiça do Trabalho tem aumentado a partir de 1964. Elas são decorrentes de irregularidades relativas à equiparação salarial, enquadramento funcional, pecúlio por morte, pecúlio por invalidez, além da supressão de vários adcionais.

Para o trabalhador estável a opção pelo FGTS implica na perda da garantia de continuar no emprego. Assim, é que diante da resistência dos operários, a Petrobrás desenvolve contra eles uma série de pressões, particularmente junto aos pré-estabilizáveis. "Se o trabalhador pretende galgar determinados postos, obter estágios no exterior ou até mesmo o cumprimento dos seus direitos, ele tem de ser optante", diz o advogado.

Existe também, como forma de pressão, a despedida indireta obstativa da estabilidade, pela qual a Petrobrás coloca o trabalhador diante de tais condições que facilitam a sua demissão. Como no caso do operário José dos Reis Bispo, com cercas de 32 anos de serviços. Com vários elogios na sua ficha de trabalho, detentor inclusive do título de "operário padrão", ele deu entrada com uma ação na Justiça do Trabalho, diante da redução do seu salário e destituição do cargo de mestre de sonda.

Ele foi reclassificaodo como mestre de sonda desde 1962, posto considerado o de maior importância, na escala hierarquica de técnica de perfuração, para empregados não diplomados em engenharia. Ou seja, o "pusher", operário que no campo assimilou a técnica no acompanhamento diário dos técnicos americanos. "Vale registrar, inclusive, que muitos dos engenheiros de maior expressão nesssa atividade, no âmbito nacional, mourejaram em aprendizado com o reclamante, havendo entre ele um que já presidiu a empresa", diz um trecho do processo de José dos Reis Bispo.

No entanto, ele passou a ser designado para serviços de limpeza de área, além de perder várias vantagens, tendo o seu salário baixado de Cr$ 6.349,20 para Cr$ 5.182,50.

Joaquim Alves de Almeida, também com reclamação na Justiça do Trabalho, foi admitido em 1954 e está classificado como auxiliar de produção, recebendo o salário base de Cr$ 978,00 acrescido de adicionais. Consta do seu processo, que a Petrobrás, apesar de controlar rigidamente o cumprimento do seu horário e frequência, "não lhe atribui tarefa, impondo-lhe deprimente ociosidade e deixando-o exposto ao escárnio dos seus pares".

No argumento de defesa do trabalhador consta que a atitude da empresa "é coerente com outras manifestações de desapreço a velhos servidores", revelando, "surrado expediente doloso para criar ambiente insustentável, tendente a levar o empregado a desistência de emprego ou modificação de conduta que possa vir a expor a punição ou precipitação no encaminhamento do acordo".

Estes fatos levam advogados e operários a concluirem que a Petrobrás está empenhada em reformular sua política, anulando as normas tradicionais que procuravam proteger os empregados. Desta forma, em 1970, por exemplo, foram bloqueados, por completo, os processos de enquadramento e equiparação salarial via interna.

Mudando as regras

Até 1965 as relações trabalhistas dentro da Petrobráas eram regidas pela Portaria 36/63 de outubro de 1963, que previa entre outros benefícios, o pecúlio, complementação por aposentadoria e outros. Em substituição foi adotado o Manual de Pessoal, cujo princípio é o de que "a competição honesta, a todos propicia a oportunidade de realizar o seu próprio destino", pretendendo ser também "a proteção contra nocivas influências do clientelismo e do empreguismo, fatores certos de degenerescência".

O pecúlio de 30 salários a que tem direito a viuva do trabalhador morto em acidente em serviço deixou de ser pago, e as vantagens gratuitas foram suprimidas. Hoje o trabalhador é responsável pelo ônus em casos de invalidez, pois cabe a ele pagar a Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), subordinada à empresa, para ter direito aos benefícios. E para ser associado, a subsidiária exige exames prévios de saúde, idade, entre outros requisitos do operário. Se ele se desligar da Petrobrás, terá de pagar 60 por cento dos seus direitos trabalhistas para continuar como sócio da Petros, sob pena de perder direitos a pensão, e outros.

A participação nos lucros da empresa, a que o trabalhador tem direito, foi substancialmente alterada a partir da norma 302/22/00 de 1973, que estabeleceu uma discriminação entre cargos de chefia e cargos a eles subordinados, ao contrário das normas anteriores, que previam a divisão dos lucros de maneira igualitária, através de critérios com uns a todos os cargos.

(Linalva Maria)

Barricadas contra a poeira

Em Porto Alegre, os moradores da periferia interrompem o trânsito com tijolo, tronco de árvore, pneu velho e até poste para exigir calçamentos das ruas. E reclamam dos impostos que a prefeitura cobra de todos mas só aplica na melhoria dos bairros ricos. A polícia espanca e o prefeito acusa o movimento de "subversivo".

Era a sétima barricada erguida nas ruas de Porto Alegre neste ano. E o prefeito Guilherme Socias Villela resolveu definir sua posição. "Isto é um movimento organizado, subversivo, e que terá uma completa investigação. Não pela Prefeitura, mas não posso dar mais detalhes sobre o assunto".

Os moradores da rua Bernardino Silveira Jardim não deixaram o prefeito sem resposta, ergueram novas barricadas com faixas dizendo: "Queremos apenas os nossos direitos, seu prefeito". E no momento o maior direito reivindicado é o de terem suas ruas calçadas.

A verdade é que, depois das declarações de Villela, o esquema de repressão baixou mais violento ainda sobre os que erguiam barricadas, apesar de todo o cuidado dos moradores para não darem chance aos brigadianos (polícia local) de baixarem o pau.

"A gente espera anoitecer. Então as mulheres saem de casa e se reúnem noutra casa perto daonde a gente vai armar a confusão. É claro, nós levamos as crianças, elas são muito espertas prá este tipo de coisa. Mas só entra no meio os menores de 15 anos, prá depois não falarem que tem homem barbado entre nós. E isso nós cuidamos muito na maioria dos lugares, os homens ficam em casa prá evitar maior confusão. As crianças começam a botar a mão nos galhos de árvores velhos, já derrubados, que estão por perto, só esperando a noite chegar. As mulheres também arregaçam as mangas e partem pro trabalho. É madeira velha, folhagem morta, pneu velho, pedras, tijolos quebrados, tronco de árvore. E teve uma por aí que colocou até poste de energia elétrica que estava sobrando. Tudo isso é ajeitado no meio da rua. Resultado? Ninguém passa por aqui. Nem os ônibus que fazem a linha. Isto é para o senhor prefeito se lembrar da gente. Porque não é mais possível se viver nessas condições, sem calçamento, sem água, e tem lugar por aí sem luz. É protesto sim, e daí? Aqui está todo mundo brigando pelos seus direitos. Pagamos taxa disto e daquilo e por isso queremos que as autoridades dêem alguma coisa de volta".

Iniciadas em Porto Alegre em 1973, em plena administração faraônica, de grandes viadutos e complexos anéis de trânsito do ex-prefeito Telmo Thompson Flores, as barricadas sempre tiveram como causa aglutinadora de várias outras insatisfações a falta de calçamento das ruas das vilas da cidade.

"Como se pode aguentar poeira por toda a vida? E não é coisa à toa. É poeira mesmo, que se a gente ficar com a casa fechada durante todo o dia, mesmo assim dá prá se escrever nos móveis com os dedos. Outro dia tive um acesso de nervos quando soube que estava respirando toda aquela sujeira. O casal de vizinhos parece que estão ficando meio loucos, porque eles não podem ficar sentados na rua, engolem poeira. E não podem ficar dentro de casa, estão sempre sujos", protesta Jaime Rieger, morador da rua Bernardino Silveira Jardim. E não são só incômodos higiênicos, são doenças que surgem, dificuldades respiratórias.

Mas a poeira é coisa pouca para explicar o surgimento das barricadas, sempre erguidas em ruas sem a menor infra-estrutura, sem calçamento, água, esgotos e com precárias linhas de ônibus para vilas onde se refugiam os não beneficiados pelo desenvolvimentismo brasileiro. Aliás, uma política bem aplicada pelos prefeitos, que sabem bem como distribuir os orçamentos municipais. E Zeli Almeida, também da rua Bernardino Jardim, sabe disso.

"Quem é que não vê os calçadões bonitões por todo o Centro, com bancos e folhagens por todo o lado. Afinal, prá onde vão os nossos impostos que eles arrecadam com rigor? Pelo que a gente vê, a preocupação do seu prefeito é dar sempre para aqueles que já têm, e é por isso que não sobram recursos para as obras nas vilas, que não custam nem um terço daquilo que é feito nas zonas dos ricos".

O surgimento

Toda essa situação fez com que os moradores se reunissem, surgindo grupos de mulheres que começaram a pensar em formas de protesto. Das reuniões resultaram as barricadas, nos primeiros dias sem muita atenção pública. Algumas foram desmanchadas sem que fosse alcançado o menor resultado junto às autoridades, outras foram erguidas, mas o processo continuou. Até que, como lembra o ex-vereador Glênio Peres, cassado em fevereiro de 1977, "o ex-prefeito Thompson Flores não resistiu e o resultado é que boa parte daquelas ruas foram asfaltadas, depois de muita briga e muito tráfego impedido".

Mas a maior consequência dessa movimentação foi o surgimento de diversas associaçações de bairros. Na Vila Bom Jesus, por exemplo, Zeli Almeida fala orgulhosa que a vila terá uma entidade que oriente suas reivindicações e que a idéia surgiu durante as reuniões para a construção de barricadas. Nas reuniões, além de barricadas, abaixo-assinados contra a falta de calçamento ou água, sempre tem vez para discussões acirradas sobre o custo de vida e as dificuldades que aumentam no dia-a-dia para viverem com o mínimo padrão de vida.

E essas associações também tiveram seus resultados práticos no erguimento das barricadas, bem mais organizadas e com esquemas anti-repressão. "Nós temos uma comissão que é encarregada de ficar de olho durante toda a noite, prá evitar incomodação quando houver urgência num atendimento médico e algum veículo precisar passar pela barreira. Há grupos de moradores que se revezam por toda a noite, de olho na barricada, porque sempre aparece algum estranho que ninguém sabe de onde veio querendo derrubar tudo na madrugada".

No início da administração Villela é bem verdade que as barricadas andaram sumindo, talvez pelo surgimento de um **slogan** se contrapondo às obras de concreto de Thompson Flores, **O que importa é a pessoa**, que aparece em todas as placas de obras da atual administração.

Porém, quando se deram conta que a palavra pessoa pode muito bem incluir só uma minoria, as barricadas voltaram com toda a força. Foram sete apenas neste ano. A primeira, na rua São Marcos, Vila Bom Jesus, foi reprimida pela Brigada Militar, que destruiu a barricada e espancou moradores. Outras foram surgindo, nas ruas Monte Alegre, Cipriano Pruner, Bernardino Silveira Amorim, Alberto Rangel, Estrada João Ferreira Jardim e Aracajú, mas sem que a Prefeitura se dispusesse a qualquer diálogo com os moradores, o que ficou bem claro na coletiva à imprensa em que o prefeito denominou todo mundo de subversivo, de guiados por "elementos estranhos".

E a posição do prefeito refletiu-se rapidamente nas atitudes dos brigadianos. Nas vilas, algumas casas foram invadidas à procura, por certo, dos tais responsáveis secretos pelas barricadas. A repressão foi tão intensa que os moradores viram como saída chamar a polícia civil prá impedir a ação dos brigadianos, uma medida que obviamente não deu o menor resultado. A última barricada ocorreu em Viamão, cidade da Grande Porto Alegre, onde dois moradores acabaram apanhando de cassetete de policiais civis, e a barricada demolida. Mas os moradores prometiam reerguê-la no próximo fim de semana, porque, como lembrou Zeli Almeida, "não vamos recuar enquanto não ouvirem os nossos gritos".

(Sucursal de Porto Alegre)

EM TEMPO!